

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AGDA NEGRÃO MOREIRA CHAHIM

**A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO NOS RELATÓRIOS DE
ESTÁGIO NOS CURSOS DE LETRAS E MEDICINA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

**UBERABA - MG
2022**

AGDA NEGRÃO MOREIRA CHAHIM

A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO NOS RELATÓRIOS DE
ESTÁGIO NOS CURSOS DE LETRAS E MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de concentração: Fundamentos Educacionais e Formação de Professores.
Orientadora: Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa

UBERABA - MG
2022

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

C424c Chahim, Agda Negrão Moreira
A construção dos objetos de discurso nos relatórios de estágio nos cursos de letras e medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro / Agda Negrão Moreira Chahim. -- 2022. 99 f. : tab.

Dissertação (Mestrado em Educação). -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2022
Orientador: Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa

1. Análise do discurso. 2. Linguística aplicada. 3. Escrita.
4. Redação acadêmica. I. Marinalva, Vieira, Barbosa. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 81'42

AGDA NEGRÃO MOREIRA CHAHIM

A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO NOS RELATÓRIOS DE
ESTÁGIO NOS CURSOS DE LETRAS E MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TRIÂNGULO MINEIRO

Uberaba, ____ de ____ de 2022.

Aprovada pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Membro titular: Profa. Dra. Luciana de Almeida Silva Teixeira
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Membro titular: Profa. Dra. Adriana Santos Batista
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Membro suplente: Prof. Dr. Acir Mário Karwoski
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Membro suplente: Prof. Dr. José Antônio Vieira
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico este trabalho aos meus pais Israel Roque Moreira e Ana Paula Negrão Braga Moreira, ao meu irmão Alonso Negrão e ao meu marido Marcelo Chahim. Cada um assume um papel importante nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientação da Prof.^a Dr.^a Marinalva Vieira Barbosa pela caminhada, por seus conhecimentos, sobretudo profissionalismo. Saber que a conheci em 2013 e, atualmente, tê-la como orientadora no programa de pós-graduação é um privilégio. A admiração e o respeito pela figura de uma mulher forte e competente é imensurável e fez com que eu prosseguisse e me espelhasse.

À presente banca por ter aceitado o meu convite, por terem lido o trabalho e feito considerações significativas;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro por sanar todas as dúvidas e por toda prontidão de informações;

Ao Grupo de Estudos, Pesquisas em Análise do Discurso, Leitura e Escrita (GEPADLE) por todo compartilhamento e troca de conhecimentos;

Aos meus pais Israel e Ana Paula por acreditar em mim, me incentivar e, principalmente, por me dar força, mesmo quando o término da dissertação parecia distante;

Ao meu marido Marcelo por todo companheirismo, por compreender à importância dos meus estudos e os meus momentos de inconstâncias quando surgiam as intempéries da vida;

Ao meu irmão Alonso e minha cunhada Ana Lúcia por todo apoio e confiança;

À Deus por ser meu guia e por me dar forças nos momentos difíceis.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a construção textual-discursiva do objeto de conhecimento em áreas distintas e problematizar a relação existente na universidade contemporânea entre o ensino-aprendizado da escrita e a formação de um sujeito de conhecimento. Sendo assim, selecionou-se os relatórios de estágio supervisionado das áreas do conhecimento do Curso de Licenciatura em Letras e o Curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro para analisar a construção dos objetos a partir da relação com o conjunto de regras que permitem a sua formação, ou seja, como são descritas, modalizadas e valoradas. Assim, numa análise centrada na pesquisa qualitativa objetivou-se descrever as práticas de escrita cujos sujeitos em formação acadêmica desenvolvem na produção dos relatórios de estágio, além de discutir os resultados dessas atividades de linguagem e avaliar as práticas (materializadas nas formas de produção escrita) observadas. Como aporte teórico para a análise da escrita, sobretudo em como ocorre a construção do objeto de discurso nos relatórios de estágio, duas fontes teóricas são mobilizadas. A primeira fonte tem como base os estudos foucaultianos, especialmente nas concepções desenvolvidas na obra *Arqueologia do Saber*; além da mobilização dos estudos desenvolvidos por Koch cuja base teórica ampliou as possibilidades de análise dos aspectos linguísticos da escrita dos relatórios. Mediante à pesquisa verificou-se como as práticas discursivas atravessam outras formações discursivas, na medida em que os estagiários chegam ao campo universitário com objetos culturalmente concebidos. A universidade configura-se em um campo discursivo controlado por mecanismo de poder do sistema vigente, uma vez que os estudantes /estagiários são controlados por dispositivos disciplinares de poder. Ademais, verifica-se a submissão discursiva sobre a produção acadêmica determinada pelo lugar em que o relatório é produzido, pela estrutura a ser seguida, e pela padronização da linguagem; de modo a construir descrições genéricas para não se comprometerem com o dito, no entanto, acabam por se comprometer com o que foi visto, mas não dito. Assim sendo, a importância da pesquisa se desenvolveu no intuito de refletir sobre como ainda perpetua a escrita não para a construção de novos conhecimentos e práticas que estão sendo observadas, mas sim para atender à universidade cuja produção escrita apenas se materializa e torna-se valorativa.

Palavras-chave: Discurso; Construção dos Objetos; Relatórios de Estágio Supervisionado.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the textual-discursive construction of the object of knowledge in different areas and to problematize the existing relationship in the contemporary university between the teaching and learning of writing and the formation of a subject of knowledge. Therefore, the supervised internship reports from the areas of knowledge of the graduation in Letters Course and the Medicine Course of the Federal University of Triângulo Mineiro were selected to analyze the construction of objects from the relationship with the set of rules that allow their formation, that is, how they are described and evaluated. Thus, the analysis is centered on the qualitative research and the objective was to describe the writing practices which concerns to academic training develop in the production of internship reports, in addition to discuss the results of these language activities and evaluate the practices observed (with written production). As a theoretical contribution to the analysis of writing, especially in how the construction of the object of discourse in the internship reports occurs, two theoretical sources are mobilized. The first source is based on Foucauldian discourse analysis, especially on the concepts developed in Archeology of Knowledge; additionally to the mobilization of studies developed by Koch whose theoretical basis expanded the possibilities of analysis of the linguistic aspects of the writing of the reports. Through the research, it was verified how the discursive practices cross other discursive formations. The university can be considered a very important discursive field controlled by the power mechanism of the current system, since students are controlled by disciplinary devices of power. Furthermore, there is the discursive submission on academic production determined by the place where the report is produced, by the structure to be followed, and by the standardization of language; in order to build generic descriptions not to commit to what was said, however, they end up committing to what was seen but not said. Therefore, the importance of the research was developed in order to reflect on how writing still perpetuates not for the construction of new knowledge and practices that are being observed, but to serve the university whose written production only materializes and becomes evaluative.

Keywords: Speech; Construction of Objects; Supervised Internship Reports

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CAPÍTULO I - O ESTÁGIO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
2.1 O estágio no curso de Letras da UFTM.....	19
2.2. O Estágio no Curso de Medicina da UFTM.....	24
3. CAPÍTULO II - BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DOS OBJETOS DE DISCURSO NOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS	30
3.1. As formações discursivas (FDs).....	36
3.2. A construção dos objetos.....	44
3.3. A formação das modalidades enunciativas.....	48
3.4 A formação dos conceitos.....	50
3.5 A função enunciativa e a descrição dos enunciados.....	54
3.6. Uma síntese da leitura dos conceitos foucaultianos.....	61
4. CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS ...68	
4.1. A concepção que fundamenta o desenvolvimento da pesquisa.....	68
4.2. A construção do corpus.....	68
4.2.1. Os relatórios do curso de Letras.....	70
4.2.2. Os relatórios do curso de Medicina.....	71
4.2.3. O objeto de análise.....	71
5. CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSOS NOS RELATÓRIOS	76
5.1. Analisando os relatórios do Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.....	76
5.2. Analisando os relatórios do Curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.....	86
6. CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte do projeto “*Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile: formação na universidade contemporânea e (re) produção do conhecimento*”, aprovado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. O objetivo desse projeto consiste em analisar a leitura e a escrita acadêmica de alunos de diferentes áreas, inseridos em âmbitos culturais diversos, a fim de investigar traços significativos das produções acadêmicas e problematizar a universidade contemporânea, tanto como espaço de formação de sujeito produtor de conhecimento, quanto, conseqüentemente, como espaço de produção de conhecimento.

O projeto envolveu, no período de 2019 a 2022, pesquisadores de onze instituições de ensino superior brasileiras (USP, UFMA, UFRN, UFBA, UFPA, UEFS, UFSB, IFRO, UFTM, UNIUBE, FATEC) e três instituições internacionais (Universidad de La Serena/Chile; Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza Sul, ISCED CS da Universidade Katyavala Bwila, UKB/Angola e Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán/Honduras). Assim, tendo em vista o projeto cujo foco é a análise de leitura e escrita acadêmica de alunos de diferentes áreas inseridos em um âmbito plural, nesta pesquisa, têm-se o intuito de dialogar com esse projeto maior de modo a analisar se há diferenças significativas na maneira como a construção textual-discursiva do objeto de conhecimento em áreas distintas é concebida e problematizar a relação existente na universidade contemporânea entre o ensino-aprendizado da escrita e a formação de um sujeito de conhecimento. Para tanto, serão analisados os relatórios de estágio supervisionado das áreas do conhecimento do Curso de Licenciatura em Letras e o Curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Sabe-se que as práticas de leitura e escrita são fulcrais no processo de formação do sujeito, pois estão diretamente atreladas à produção de conhecimento. Por isso, tem sido cada vez mais crescente a preocupação em relação à leitura e escrita na universidade, uma vez que se trata de um campo propício para a construção de conhecimentos fundamentais à formação profissional. Espera-se que, na

universidade, os atos de leitura e escrita sejam críticos, coesos e que dialoguem com o conhecimento de modo a não meramente reprodução, mas sim base para novos estados de conhecimentos. Nesse sentido, nesta pesquisa visa-se analisar como se dá a construção do objeto de discursos nos relatórios de estágio supervisionado do Curso de Letras e dos Curso de Medicina.

Desenvolver esse tipo de análise é relevante porque “[...] a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos de discurso não se confundem com a própria realidade extralinguística, mas (re)constroem no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (Koch, 2005, p. 34). Diante disso, para analisar as modalidades enunciativas em ambas as áreas, é fundamental observar a relação e a construção textual-discursiva que os sujeitos em formação estabelecem com as instâncias que circulam os seus discursos e que podem ser reconhecidas a partir dos objetos neles identificáveis mediante à escrita.

A língua, por sua vez, é constitutiva do sujeito, não existe exteriormente àqueles que a produzem e fora dos eventos discursivos nos quais participam e nos quais mobilizam seus saberes quer sejam de ordem linguística e de ordem sociocognitiva, ou seja, os conhecimentos de mundo dos sujeitos de linguagem. Estes, todavia, não são inertes, pois (re)constroem-se sincronicamente e diacronicamente, dentro das variáveis cenas enunciativas, de modo que, quando se produz o discurso, torna-se necessário mobilizar conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos, assim como situar-se dentro das circunstâncias históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos.

Parte-se do pressuposto que a construção de objetos de discurso nos relatórios não advém meramente da relação entre as palavras e as coisas, assim como aborda Foucault (2007). Ou seja, a constituição discursiva não ocorre somente mediante à seleção de objetos definidos, a priori, do uso da linguagem, mas sim durante o desenvolvimento da atividade discursiva, no qual emergem os objetos a que o próprio discurso constrói. A construção do objeto de discurso é, portanto, também definidora

do modo como o sujeito do discurso compreende, interpreta esse objeto. Foucault afirma que:

O caráter linguístico dos fatos de linguagem foi uma descoberta que teve importância em determinada época (...) Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, de certa forma, como jogos (“games”), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro (Foucault, 2008, p. 6).

Ao fazer essa afirmação, Foucault de fato defende que é necessário criar as condições analíticas necessária para fazer aparecer as condições de possibilidades dos discursos sobre um determinado objeto e não as suas condições de validade. Ou seja, tendo em vista que todo o saber sobre um determinado objeto se define em um espaço de conhecimentos próprio, marcado por uma historicidade, uma análise acerca de um objeto de discurso precisa considerar não somente os aspectos linguísticos, as camadas semânticas estáveis, mas principalmente a emergência discursiva a partir das condições históricas associadas a essa emergência e legitimação.

No que diz respeito à construção dos objetos, a análise busca então definir a forma desses objetos a partir da relação com o conjunto de regras que permitem a sua formação, ou seja, as regras que permitem o seu aparecimento num determinado contexto histórico. Nesse sentido, mediante essa concepção de construção do objeto de discurso, nos relatórios de Letras e Medicina, será analisada a caracterização das modalidades enunciativas em ambas as áreas, ou seja, como são descritas, modalizadas e valoradas. Especificamente, interessa analisar principalmente como o estagiário de Letras constrói o seu discurso sobre o professor da educação básica e como o estagiário de Medicina constrói o seu discurso sobre paciente. Em termos de “protagonismo” nos relatórios, observa-se equivalência de importância entre a figura do professor e do paciente nesta relação dialógica. Por isso, professor e o paciente foram considerados objetos centrais na construção dos relatórios de estágios, interessa ainda saber qual o lugar atribuído pelos estagiários ao professor e paciente como sujeito de conhecimento sobre a educação, no caso daquele, e sobre a sua própria doença, no caso deste

Como aporte teórico para a análise da escrita, sobretudo em como ocorre a construção do objeto de discurso nos relatórios de estágio, duas fontes teóricas serão mobilizadas. A primeira fonte tem como base os estudos foucaultianos, especialmente nas concepções desenvolvidas na obra *Arqueologia do Saber*. Por essa perspectiva, assumiremos que os objetos de discurso existem à priori, fora do plano discursivo. São construções, no caso dos relatórios, produzidas dentro do registro científico em cada uma das áreas de conhecimento – Letras e Medicina. Cabe destacar ainda que, por essa perspectiva teórica, o objetivo não é a busca de um modo único de enunciar em cada uma área. O que interessa é verificar como se dá essa enunciação. Para tanto, em torno das análises sobre os objetos professor e paciente o foco recairá sobre as formas de articulações entre o linguístico e extralinguístico. Ou seja, o que se busca com as concepções foucaultianas é desenvolver uma análise que considera o linguístico na relação com a dimensão histórica, educativa, política que sustentam a produção dos relatórios.

Assim, numa análise dessa natureza, considerando o enunciável em um relatório de estágio, buscaremos nas construções linguístico-discursivas aquilo que se pode ver e dizer, de diferentes maneiras, em função de uma época e de lugar de produção dos relatórios, em associação com o registro de verdade que é, simultaneamente, condição de possibilidade de produção discursiva de relatórios de estágios nas áreas de Letras e Medicina. Destaca-se que o trabalho de Foucault, ao nível da descrição e análise dos enunciados, não corresponde ao desempenhado pelos estudos da linguagem. Sendo assim, nos estudos desenvolvidos por Koch buscaremos a base teórica para ampliar as possibilidades de análise dos aspectos linguísticos da escrita dos relatórios.

Segundo Koch (2009), a linguagem é uma ação conjunta em que ela própria é o lugar da interação. As ações mobilizadas através da linguagem não são ações autônomas; mas sim ações com finalidades e papéis sociais inseridos em um contexto. Para a autora a dinamicidade dos objetos de discursos, uma vez introduzidos, “vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual” (Koch, 2008, p. 101). Assim, um objeto de discurso é construído na memória textual dos enunciadorees através de um nome próprio ou de uma forma nominal, e, dessa forma, preenche um nóculo, ou seja, passa a ter uma direção cognitiva, de modo a

ficar em foco e disponível para retomadas ou remissões. Além disso, a autora ressalta que a introdução de um objeto de discurso através da nominalização já opera uma primeira categorização desse objeto, que pode ser mantida ou sofrer outras recategorizações. Esse objeto permanece em foco, através das retomadas, recategorizadas ou não, até que seja desativado para que outro objeto de discurso ocupe o foco. “O objeto desativado, contudo, permanece em estado *stand by*, disponível, portanto, para voltar ao foco sempre que necessário” (KOCH, 2008, p. 102).

Abordando a noção de escrita como forma de interação, Koch (2003) afirma que a produção textual exige ativação de conhecimentos e mobilização de estratégias por parte de seu produtor. Os “[...] objetos de discurso não preexistem naturalmente à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995 apud KOCH, 2005, p. 34). A concepção de objetos de discurso elide o conceito da linguagem ser apenas uma forma de nominalizar, ou seja, de “etiquetar” os objetos no mundo, por caracterizar a linguagem e as atividades de significação como uma atividade cognitiva e social que constitui a realidade humana.

Assim sendo, a construção da presente dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, “*O Estágio no Processo de Formação Profissional*”, tem como tema a importância do estágio supervisionado para com a formação profissional do professor e do médico. Assim, considera-se o estágio supervisionado essencial para a formação integral do aluno, uma vez que ao chegar na universidade o aluno se depara com o conhecimento teórico, porém, muitas vezes, é difícil relacionar teoria e prática se o estudante não vivenciar momentos reais em que será preciso analisar o cotidiano. Proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional constrói a possibilidade do exercício de suas habilidades no período do Estágio Supervisionado; assim o aluno passar a ter a opção de incorporar atitudes práticas para adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

O segundo capítulo destinado as “*Bases Teóricas para Análise dos Objetos de Discurso nos Relatórios de Estágios*”, apresenta os conceitos foucaultianos relacionados à análise arqueológica na qual Foucault compreende como o

desvelamento da circunstância histórica que faz necessária certa forma de pensamento. Assim, o capítulo apresenta a abordagem das *formações discursivas (doravante FD)*, constituída por um número limitado de enunciados; os *objetos discursivos*, relacionado ao conjunto de regras de formação do discurso; as *modalidades enunciativas*, em relação ao modo como se diz, a instância de qual lugar se diz e para quem se diz; a *formação dos conceitos* que relaciona a forma como se sucedem, a coexistência dos conceitos e dos procedimentos de intervenção; *função enunciativa* considerando o enunciado na sua singularidade de acontecimentos; e a *descrição dos enunciados* que vai além da interpretação (no sentido de buscar o que o enunciado "quer significar"), mas sim um descobrimento.

O terceiro capítulo, "Metodologia de Construção do Corpus", apresenta o caráter qualitativo da pesquisa em consonância com o conceito arqueológico abordado por Foucault. Ou seja, os relatórios de estágio do Curso de Letras e do Curso de Medicina, dados estes selecionados para o *corpus*, são significativos não pelo mero ato de escrita para o cumprimento de uma disciplina, mas sim visando uma análise arqueológica considerando as práticas discursivas de dois cursos de diferentes áreas, proveniente de um mesmo campo: o institucional. Para isso, será apresentado como ocorreu a seleção dos dados de ambos os cursos, como serão identificados, sobretudo estruturado para a realização da análise.

No quarto capítulo, "A Construção dos objetos de discursos nos relatórios", têm-se a análise sobre os relatórios de estágios de duas áreas do conhecimento, o Curso de Letras e o Curso de Medicina. Ou seja, como em ambas as áreas são construídos os objetos do discurso ao que tange à figura do professor e do paciente e como os elos enunciativos dizem respeito as regularidades do discurso, ou seja, as formações discursivas constituídas dentro do campo discursivo institucional emergem de uma determinada regularidade e como são modalizadas segundo a perspectiva foucaultiana.

Por fim, ao término desse percurso, a conclusão a que se chega é que a universidade é demarcada como um campo discursivo controlado por mecanismo de poder do sistema vigente, uma vez que os estudantes /estagiários são controlados por dispositivos disciplinares de poder, sobretudo em relação a submissão discursiva sobre a produção acadêmica determinada pelo lugar em que o relatório é produzido, pela estrutura a ser seguida, e pela padronização da linguagem; de modo a construir

descrições genéricas para não se comprometerem com o dito, no entanto, acabam por se comprometer com o que foi visto, mas não dito.

2. CAPÍTULO I - O ESTÁGIO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Estágio Supervisionado como recurso de formação do profissional tem sido problematizado no campo da educação e dos estudos da linguagem, nos quais existem muitas discussões sobre os alcances e resultados desse tempo e espaço de formação. Ao produzir os relatórios parciais ou gerais, espera-se que, após a imersão no campo de estágio, o estagiário tenha elementos reflexivos fundamentais para construir uma concepção acerca da profissão para qual está sendo formado.

De modo geral, o estágio é visto como um tempo e espaço indispensável a formação profissional em diferentes áreas. No caso da área de Letras e Medicina é uma etapa de formação compreendido como necessário à preparação dos futuros profissionais dessas áreas. É, por assim dizer, um processo de aprendizagem necessário ao enfrentamento, ao saber lidar com os desafios que essas carreiras apresentam. É também um momento visto como fundamental para se estabelecer relação entre os saberes da teoria e os da prática.

Nesse sentido, a formação por meio do estágio pode ser vista como resultante da experiência. Por isso, o que se espera é que o conhecimento seja assimilado com eficácia porque o que se constrói no campo de estágio são possibilidades de entender os conceitos mediante situações problemas, reais. Tendo em vista que a educação formal é o meio que possibilita, no momento da atuação profissional, a transformação de uma determinada realidade social, o estágio é o momento da formação que, por meio de uma situação problema, coloca para o estagiário as condições necessárias à construção de uma consciência, resultante do conhecimento, sobre o que é o próprio da sua profissão.

Em síntese, nas formações profissionais que demandam a sua realização o estágio vai muito além do cumprimento das exigências de um currículo acadêmico. Trata-se de uma etapa formativa que envolve crescimento pessoal e profissional, uma vez que a experiência desse momento tem o potencial de mudar os modos de ver e conceber a profissão para qual um aluno está sendo formado. Tendo como base a

perspectiva defendida por Perrenoud (2008), pode-se afirmar que o estágio propõe sempre um aprendizado baseado em problemas e tendo como condição fundamental o estabelecimento de relação entre teoria e prática.

2.1 O estágio no curso de Letras da UFTM

O estágio curricular obrigatório no Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, na formação do professor de Língua Portuguesa, tem início no quinto semestre da graduação. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o principal objetivo do estágio se configura na “vivência crítica e reflexiva das variadas dimensões e práticas profissionais da sua área de atuação”. O intuito do estágio curricular obrigatório de acordo com o documento normativo consiste em:

- I. integrar o estudante da área de Letras e futuro professor com a realidade educacional vigente na região e no país;
- II. enriquecer a formação acadêmica do estagiário, promovendo a integração das várias disciplinas cursadas, permitindo que esse conjunto constitua um profissional comprometido com a transformação do contexto escolar;
- III. proporcionar ao estagiário uma relação interdisciplinar entre o conhecimento teórico e prático discutido ao longo do Curso de Letras e a prática vivenciada na escola e na sala de aula;
- IV. subsidiar a elaboração e a execução, pelo estagiário, de um projeto de intervenção didática, visando à sua participação ativa na realidade da sala de aula;
- V. capacitar o estagiário para o exercício da docência em suas variadas dimensões.

Atividades e carga horária das práticas de estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I e II são divididas da seguinte forma:

Atividades e carga horária das práticas de estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I e II		
Atividades	LP I	LP II
Leituras obrigatórias	30h	30h
Produções escritas obrigatórias	30h	30h
Incursões etnográficas na escola*	10h	10h
Observação em sala de aula*	30h	30h
Regência*	12h	12h
Seminário de Estágio	08h	08h
TOTAL DE HORAS	120h	120h

*OBS: Todas as atividades são realizadas na escola-campo.
Fonte: Elaborado pelo curso, 2021.

De acordo com o PPC, espera-se que o conjunto de atividades previstas nas atividades de Estágio Curricular Obrigatório auxilie o estagiário no desenvolvimento como futuro professor; assim o estágio funciona como uma espécie de ponte, na qual aproxima a universidade da escola. O estágio, portanto, possui a função de propiciar ao futuro professor o processo de retomada, reelaboração e reflexão de modo crítico em consonância com a perspectiva didático-pedagógica.

O desenvolvimento dos estágios ocorre em escolas regulares públicas e/ou privadas localizadas na cidade de Uberaba/MG e região, que ofereçam Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A escola, “em que o estagiário é recepcionado, passa a vê-lo como construto da universidade, uma vez que o estágio é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida.” (BURIOLLA apud PIMENTA E LIMA, 2004, p.62) O Estágio Supervisionado consiste em três etapas: a observação da escola; observação da sala de aula e o momento da regência.

A observação da escola é o primeiro momento para a realização do estágio. Conhecer a escola requer também na leitura dos documentos que regem a Unidade de Ensino, como o Projeto Político Pedagógico, o PPP. O PPP é um instrumento escolar significativo, pois reflete a autonomia para as instituições de ensino em relação à proposta de orientação de suas práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, podendo incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa. Desta forma, conhecer o documento que rege a rotina da Escola esclarece muitas questões que possam surgir durante a observação da escola, além do quadro docente, funcionários, a estrutura interna e externa da escola, o ensino oferecido à comunidade (fundamental I, fundamental II ou ensino médio), sobretudo os alunos pertencentes à escola. Ou seja, é o momento de conhecer e estar no espaço da futura atuação como profissional.

Posteriormente, a observação da sala de aula é descrita pelo estagiário. O período da observação possui um caráter investigativo, que é fundamental para a regência de aula. A partir dos dados coletados na observação da turma, o estagiário tem subsídios para analisar a realidade da classe observada. Ou seja, ele identifica e analisa diversos aspectos relevantes sobre o processo do ensino/aprendizagem, como, por exemplo: a relação entre professor e aluno, a metodologia utilizada pelo

professor, as dificuldades que os alunos apresentam ou não para aprender determinados conteúdos; a participação e motivação da turma, o modo como o professor lida com os possíveis conflitos que possam surgir na sala de aula, o comportamento dos alunos etc.

O levantamento dos dados observados resulta em uma diretriz para o planejamento das aulas no momento de regência do estagiário. Vale ressaltar que toda informação coletada no processo de observação da sala de aula é descrita no diário de campo. Nos estágios do curso de Letras da UFTM, a observação das aulas relatada é registrada no diário de campo e, após, essa escrita inicial fundamenta a elaboração do relatório. O diário de campo torna-se o objeto fundamental, uma vez que o exercício de observar, anotar e refletir ao longo do cotidiano escolar transforma o fazer pedagógico do futuro professor. O pressuposto assumido na realização do estágio é o de que, por meio da escrita dos resultados das suas observações e práticas, o estagiário constrói um agir reflexivo, torna-se autor das práticas educativas e protagoniza um importante passo da sua formação. O uso desse recurso torna significativo na medida em que os dados obtidos podem ser escritos durante a observação ou posteriormente. No diário de campo o estagiário anota, sobretudo analisa todas as impressões e percepções acerca da conduta do professor em sala de aula, da turma, dos alunos, assim como fora mencionado anteriormente.

A regência, por sua vez, é momento em que o estagiário une a teoria na prática em prol da elaboração de um plano de aula que tenha relação com a turma observada. A regência é de suma importância para o estagiário, pois oportuniza a prática da profissão. Em consonância com Ostetto (2008), a regência:

Não pode ser outra coisa senão uma aventura pessoal, o que pressupõe escolhas e envolve viagens interiores e exteriores. Não é apenas fazer, dar conta do conteúdo, planejar e executar um plano de ensino perfeito, lindo e maravilhoso, com ideias inovadoras. (OSTETTO, 2008, p.128).

Assim, o momento de regência não é ajustar as normas e técnicas, mas sim elaborar formas sobre a prática aliada a teoria para que a aula seja significativa, e não seguir uma sequência linear de uma possível prática observada do professor e replicá-la. Faz-se necessário planejar a regência de acordo com o contexto observado, sendo assim, para Sacristán (2007):

Pensar ou refletir sobre a prática antes de realizá-la; Considerar que elementos intervêm na configuração da experiência que os alunos/as terão, de acordo com a peculiaridade do conteúdo curricular envolvido; Ter em mente as alternativas disponíveis: lançar mão de experiências prévias, casos, modelos metodológicos, exemplos realizados por outros; Prever, na medida do possível, o curso da ação que se deve tomar; Antecipar as consequências possíveis da opção escolhida no contexto concreto em que se atua; Ordenar os passos a serem dados, sabendo que haverá mais de uma possibilidade. Delimitar o contexto, considerando as limitações com que contará ou tenha de superar, analisando as circunstâncias reais em que se atuará: tempo, espaço, organização de professores/as, alunos/as matérias, meio social, etc. (Sacristán, 2007, p.205).

Desse modo, para além de todo o domínio de conteúdos adquiridos ao longo da formação acadêmica o mais importante é sempre ressignificar a prática pedagógica, configurando o estágio como o momento construtor de aprendizagens significativas no processo de formação dos professores. Assim, o estagiário constrói o seu relatório, de modo a conter as modalidades: observação da escola; observação da sala de aula e regência, processos estes essenciais para a compreensão da prática educativa. Por essa perspectiva, a escrita do vivido no campo de estágio faz com que o estagiário saiba o que é importante destacar/relatar, e sobre as expressões mais adequadas a utilizar (anotações, mesmos breves, permitem perceber pelo vocabulário escolhido as posturas pedagógicas assumidas). O estagiário terá arquivado, assim, um conjunto de registros que contribuirá em sua reflexão e posicionamento crítico a respeito da prática docente. Os relatórios são elementos mediadores essenciais que favorecem a análise do perfil do professor observado para com o aluno, em como sucede a relação de ensino e aprendizagem.

A tarefa de registrar e refletir pode se transformar em uma ferramenta fundamental nessa etapa de formação, pela possibilidade de reflexão e aperfeiçoamento das atividades docentes que a leitura e compreensão do que foi registrado pode possibilitar. Assim, o relatório se torna uma ferramenta importante, pois auxilia os estagiários nas suas atividades como tomada de posição ou proposta de mudança, tanto nos seus aspectos ou vivências positivas como nas não positivas. Ao escrever os relatórios parciais ou gerais, o estagiário tem elementos reflexivos fundamentais para superar a visão classificatória ou comparativa acerca dos processos de ensino e aprendizagem.

O relatório pode ser considerado um dispositivo formativo, no sentido de contribuição para uma evolução crítica do futuro professor em relação às práticas pedagógicas que adota em sala de aula, permitindo a inserção do discente no âmbito escolar como um todo; de modo a fazer com que tenha a possibilidade de expor na prática a teoria adquirida no contexto acadêmico. O primeiro contato do futuro profissional de educação com a escola e, por conseguinte, com o público do qual se ocupará quando exercer a profissão dá-se no estágio curricular supervisionado, momento em que o aprendiz exercitará os conhecimentos construídos durante o período de formação inicial na atuação prática. Nesses contatos, o futuro profissional de educação terá a oportunidade de colocar a prova sua capacidade de assimilação, inferência e transformação dos conhecimentos com os quais teve contato na formação inicial, para assim transformá-los em conhecimentos práticos e factíveis.

Após as observações do estagiário sobre a sala de aula, sobre o âmbito escolar e a relação entre educador e educando, o futuro professor poderá ter bagagem sobre o que pode ou não ser realizado e expor suas teorias em prol do processo de ensino e aprendizagem. Teoria e prática requerem uma atuação efetiva sobre a realidade, que tem por pressuposto a modificação, uma vez que a atividade teórica constitui concepções sobre os fatos, na transformação de consciência sobre as coisas, mas essa transformação da consciência que ocorre na dimensão teórica é necessária para a operação de mudanças na dimensão prática. No caso de formação de futuros professores, há que se considerar a importância de processos formativos que permitam a indissociabilidade entre teoria e prática, ou seja, uma maior aproximação entre a formação acadêmica e a prática escolar.

Com base em Pimenta e Lima (2001)

O conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação. (PIMENTA e LIMA, 2001, p. 41)

Diante dessa configuração de prática docente, é possível desagregar a compreensão, ainda arraigada de que o estágio é uma disciplina burocrática, passando apenas pelo cumprimento de uma determinada carga horária, além de

leituras, projetos e extensos relatórios de observação considerados -a priori- sem fundamento. A teoria possui papel significativo no cotidiano escolar, ao contrário do que é frequentemente apresentado pelos professores da educação básica, os quais não conseguem visar à importância desta para o seu exercício profissional. Para esses profissionais ainda é muito presente a ideia de que a teoria é coisa de cursos de formação, é coisa para universidades, não sendo, portanto, ruptura com este paradigma. Esse, inclusive, é também um dos desafios do estágio de formação de professores, no presente caso, do curso de Letras.

Segundo Pimenta e Lima:

O papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA; LIMA, 2004. p. 43)

É necessário compreender que o papel da teoria é possibilitar diferentes leituras da prática e que ambas não ocorrem de forma distanciada; o estágio é uma ação social e educacional, uma forma de intervir na realidade, não bastando somente observar e/ou denunciar, é necessário enfrentar situações e buscar construir alternativas de ação. O estágio viabiliza ao aluno a exposição de seus conhecimentos, aprendidos na universidade e aplicados à prática, porém, a associação entre a teoria e a prática cotidiana é encarada como uma grande dificuldade, pois, no momento de exercê-las, o aluno sente-se desamparado, o que gera dificuldade das mobilizações. Contudo, caso essa dificuldade da não mobilização teórica perpetue, ou se não for manejada pelos professores acadêmicos para que evidenciem aos seus alunos a sua importância para a futura prática efetiva, refletirá em seu ofício como professor, pois um profissional não se efetivará apenas com sua constante frequência no curso de graduação, mas sim, envolvendo-se intensamente como construtor de uma práxis.

2.2. O Estágio no Curso de Medicina da UFTM

O estágio curricular supervisionado no Curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, é comumente conhecido como internato. Segundo o

Ministério da Educação e Cultura (MEC), o internato ou estágio curricular é o “último ciclo do curso de graduação em Medicina no qual o estudante deve receber treinamento intensivo sob supervisão docente, em instituição de saúde vinculada, ou não, à escola médica”. Em consonância, Garcia (1972) conceitua o termo internato como uma fase de transição entre a condição de estudante e a de médico; Marcondes e Mascaretti (1998), prefere conceituá-lo como uma “metodologia de ensino baseada no aprendizado em serviço, obrigatório nos dois últimos semestres de graduação”.

Segundo a resolução nº 3, de 20 e junho de 2014 (*), institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências, do Conselho Nacional de Educação:

Art. 24. A formação em Medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 1º A preceptoría exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES);

§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina.

§ 3º O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato.

§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência.

§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade.

§ 6º Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas.

§ 7º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar a realização de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total estabelecida para o estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES, preferencialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como em instituição conveniada que mantenha programas de Residência, credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou em outros programas de qualidade equivalente em nível internacional.

§ 8º O colegiado acadêmico de deliberação superior da IES poderá autorizar, em caráter excepcional, percentual superior ao previsto no parágrafo anterior, desde que devidamente motivado e justificado.

§ 9º O total de estudantes autorizados a realizar estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) das vagas do internato da IES para estudantes da mesma série ou período.

§ 10. Para o estágio obrigatório em regime de internato do Curso de Graduação em Medicina, assim caracterizado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a jornada semanal de prática compreenderá períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

§ 11. Nos estágios obrigatórios na área da saúde, quando configurar como concedente do estágio órgão do Poder Público, poderão ser firmados termos de compromisso sucessivos, não ultrapassando a duração do curso, sendo os termos de compromisso e respectivos planos de estágio atualizados ao final de cada período de 2 (dois) anos, adequando-se à evolução acadêmica do estudante.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso de Medicina da UFTM, o internato se configura em uma etapa do estágio e está dividido em quatro períodos semestrais, sendo o 9º, 10º, 11º e 12º, correspondentes a dois anos. O 9º período do estágio é subdividido em sete estágios: três em Clínica Médica (contemplando especialidades clínicas) um em Saúde Coletiva, um em Clínica Cirúrgica, um em Ginecologia e Obstetrícia e, por fim, Pediatria. O 10º período é subdividido em cinco estágios: dois estágios em Clínica Médica, um em Clínica Cirúrgica, um em Ginecologia e Obstetrícia e um em Pediatria. O 11º período é subdividido em cinco estágios: um estágio em Clínica Médica (30 dias), um em Clínica Cirúrgica (30 dias), um em Ginecologia e Obstetrícia (30 dias), um em Medicina Social (60 dias) e um eletivo obrigatório. Por fim, o 12º período é dividido em cinco estágios em quatro grandes áreas: um estágio em Clínica Médica, um em Clínica Cirúrgica, um em Ginecologia e Obstetrícia e dois em Pediatria. O internato perfaz a carga horária total de 4.290 horas/aula.

É previsto que o estagiário deve receber orientação em relação ao atendimento primário, secundário e terciário nos âmbitos das Unidades Básicas de Saúde (UBS), unidade de pronto atendimento (UPA) e Hospital de Clínicas (HC), ao longo do estágio. Para acompanhar o estágio nas unidades básicas de saúde durante o momento do internato, é possível contar com os preceptores contratados da Universidade que garantem a continuidade das práticas, bem como com médicos que atuam na Rede de atenção à saúde. Cada etapa do estágio é orientada por um preceptor e um supervisor que coordenam as atividades teóricas e práticas, em todos os cenários de prática, incluindo os plantões de pronto socorro.

Por atendimento primário, compreende-se como o primeiro acesso ao sistema de saúde e possui baixa densidade tecnológica, caráter comunitário ou ambulatorial, com a finalidade de oferecer acesso universal e direcionar os atendimentos para níveis mais complexos de cuidado, além de programar ações de promoção à saúde e prevenção de doenças. (MENDES, 2011). A atenção secundária à saúde promove a continuidade do cuidado ao paciente utilizando a tecnologia intermediária e o apoio de especialistas; a atenção terciária, por sua vez, tem como objetivo complementar na investigação diagnóstica, no tratamento, e sobretudo no atendimento às urgências. Tais ações devem ser coordenadas em Rede de Atenção à Saúde, prestadas de forma

organizada e humanizada com responsabilidades para com a população (MENDES, 2009).

Embora todos os segmentos da Rede de Atenção à Saúde sejam de extrema relevância, o foco da dissertação encontra-se na atenção primária, ou seja, têm-se o ponto de entrada para cada problema ou novo momento de um problema pelo qual as pessoas buscam por cuidado. Desse modo, de acordo com Starfield (2002), os indivíduos que julgam possuir um problema de saúde recorrem ao profissional de medicina para ajudá-lo na compreensão de seu estado, se precisa de melhores cuidados ou se é um problema que não necessita de atendimento específico. Para tanto, recorrer a Atenção Primária a Saúde numa abordagem de contato inicial poderia levar para um atendimento direcionado com resultados significativos de saúde e menores despesas.

O nível primário de atenção, ou seja, Centros de Saúde ou Unidades de Saúde da Família, auxilia o estagiário para o contato com a comunidade em geral. Inicialmente, os alunos têm noções de territorialização, verificação das condições de saúde na comunidade, conhecimentos da rotina de um Centro de Saúde. Ao longo do curso, desenvolvem as habilidades clínicas, ficando incumbidos de atender determinadas famílias, desenvolver ações de prevenção e participar das atividades das equipes, o que ocorre na fase de estágio desse aluno.

A consideração da atenção primária como nível adequado de formação profissional para os alunos de Medicina é determinada pelo fato de que, na comunidade, o aluno está numa posição privilegiada para aprender as atividades preventivas, compreender a realidade do processo saúde-doença e sua abordagem holística, assim como a complexidade e importância da relação médico-paciente e da longitudinalidade da atenção, além de compreender a abordagem das doenças prevalentes, tanto agudas como crônicas.

A atenção primária aborda os problemas mais frequentes da comunidade, oferecendo serviços de prevenção, cura e reabilitação para maximizar a saúde e o bem-estar. Ela integra a atenção quando há mais de um problema de saúde e lida com o contexto em que a doença se desenvolve. É a atenção que organiza e racionaliza o uso de todos os recursos, tanto básicos como especializados

O aprendizado durante o internato é fundamental para que o profissional saia da faculdade pronto para exercer as funções. Além de ser o principal momento para

aperfeiçoar as competências e habilidades desenvolvidas na sala de aula e nos laboratórios da graduação, possibilitando aos estudantes a aproximação com a realidade profissional, ou seja, momento este que requer a aplicação da teoria na prática, com vistas ao desenvolvimento de sua formação técnica, cultural, científica e relacional. Há, portanto, um aprendizado relevante de como atender às necessidades das pessoas e humanizar o atendimento de modo a prepará-lo para o exercício da profissão e, sobretudo, da cidadania. Assim, o internato oferece uma visão ampla do que é a Medicina, fazendo a imersão do profissional nas diferentes áreas e desafios da profissão. O que ocorrerá com a supervisão de um médico formado — para que tanto estudante como paciente estejam seguros.

Mediante ao estágio, o estudante perpassa por novas realidades e participa de novas experiências quanto ao exercício da medicina, trazendo novas visões de mundo, possíveis mudanças no seu ambiente acadêmico, colocando as experiências positivas e negativas observadas no seu local de estágio como possíveis mudanças e abordagens no seu âmbito de origem.

3. CAPÍTULO II - BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DOS OBJETOS DE DISCURSO NOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS

A concepção de discurso que sustenta esta pesquisa é a de que se trata de “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. No entanto, a formação discursiva configura-se em um conjunto limitado a um certo número de enunciados, além de ser “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.” (FOUCAULT, 2009, p. 132-133). Os discursos são produzidos em contexto histórico e institucional, no qual permite ou proíbe sua realização, ou seja, segundo Foucault (2009), há regras discursivas no qual o sujeito, ao ocupar um lugar institucional, precisa observar ao produzir enunciados em determinado campo discursivo; e o mesmo ocorre na produção de escrita, pois ao escrever, o sujeito insere-se dentro de um campo discursivo, no caso desta pesquisa, à universidade.

Portanto, interessa-nos a construção do objeto dentro do campo discursivo universitário e as filiações que os sujeitos/estudantes farão na construção das modalidades enunciativas. As práticas discursivas são, portanto, delimitadas por conjuntos de regras de formação dos objetos, dos conceitos, das modalidades enunciativas, dos termos e teorias cujo objetivo está em estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza, ou seja, positividade no que tange a um saber independente das ciências, provenientes de regras de formação nos mais variados campos discursivos; embora todas as ciências estejam localizadas em campos do saber.

Outro conceito que será mobilizado para analisar a construção do objeto é a concepção de formação discursiva que Foucault (2009, p. 43) assim a define:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações,

posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...).

Observa-se que a formação discursiva está relacionada aos campos discursivos e contém regularidades do que pode ou não ser construído a partir deste campo e da construção do objeto que será específico. Nesse sentido, o objetivo decorrente da análise foucaultiana é compreender o funcionamento das regras de formação na construção do objeto; em termos de análise, todo e qualquer objeto deve ser “relacionado ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico.” (FOUCAULT, 2009, p. 53).

A partir dessa concepção, verifica-se a relação com o modo como o estagiário constrói a sua compreensão sobre quem é o paciente e quem é o professor, ou seja, como se estabelece a “escuta” desse estagiário e, sobretudo, como se manifesta na escrita dos relatórios. Adere-se à concepção discursiva da linguagem, de modo que o ato de escrever pode ser considerado como fator resultante da construção do objeto de discurso, ou seja, como ocorre essa construção? será que é uma construção baseada em conhecimentos pertinentes quanto aquele que a produziu?

Segundo Fairchild (2017), uma área não se torna significativa no que tange ao seu aumento de produções escritas, mas sim pela capacidade de apontar diretrizes antes não produzidas, mas que sejam significativas. Saber escutar é um dos fatores que se torna uma constante, ao considerar que o estágio supervisionado propicia ao estudante esse momento de “escuta”, ou seja, do ambiente polifônico seja na sala de aula ou no consultório. É nas relações com os outros discursos, objetos e domínios que o sujeito age mediante a linguagem, assim, não ocupa uma posição única, mas sim se manifesta “na dispersão, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso (FOUCAULT, 2009, p. 61)

Saber escrever, por sua vez, é saber escutar a si mesmo e aos que falam ao nosso redor, no entanto, uma boa escrita não se caracteriza pela maneira de saber reproduzir fielmente o que fora escutado por outrem, mas sim, configura-se em observar as relações dialógicas que se estabelece e tornar tais observações em objetos discursivos. Essas relações dialógicas são observadas na forma como o professor se direciona ao aluno ou no modo como o estagiário se dirige ao paciente,

mas também ocorre em outros aspectos externos à sala e ao consultório. O estudo da linguagem em uma perspectiva social determina os valores e sentidos de textos, enunciados e discursos, porém, não é a única relação a ser observada; devemos também levar em consideração o diálogo entre as diferentes vozes sociais. Salienta-se a importância sobre as modalidades enunciativas, uma vez que, segundo Foucault (2012), entende-se por modalidade enunciativa as maneiras de dizer e, tais maneiras de dizer, para o autor, estão delineadas por leis enunciativas que regem o locutor, ou seja, quem fala é autorizado por alguém e constrói o seu objeto de discurso ocupando um lugar. Porém, o regime das enunciações não é determinado pelo sujeito que enuncia, não está intrínseco ao sujeito a explicação das modalidades enunciativas, mas sim imbricado nas próprias normativas discursivas, na relação cuja formação discursiva precisa efetuar para a construção do objeto do discurso.

Assim sendo, verifica-se que tais enunciados que circulam nas formações discursivas são cristalizados e historicamente aceitos, ou seja, no que tange ao campo educacional têm se determinados objetos históricos constituídos como verdadeiros cujo tempo não elidi tal aceção. O discurso sobre o professor mediante ao Curso de Licenciatura em Letras e o do paciente no Curso de Medicina, atravessam o tempo e espaço. Essa estreita relação em que as coisas ditas são tidas como acontecimentos no interior de uma formação discursiva, faz como que os objetos, então, construídos, tornem-se verdadeiros em um determinado momento e lugar. A problemática encontrada no campo institucional permanece na construção do objeto discursivo da figura negativa do professor, ou seja, será que de fato o professor é o protagonista do sistema caótico educacional, como comumente é visto, ou tal assertiva insere-se no discurso cristalizado, hegemônico e encarado como verdade para cada sujeito a partir de suas práticas enunciativas, bem como a figura do paciente como um sujeito desprovido de conhecimento, condenado pelo seu campo social e o médico como sujeito superior, uma vez que provém de um âmbito social e financeiro distintos, ou seja, são configurados pela cristalização discursivas de que há um poder historicamente estabelecido entre a condição de paciente e médico como inferior e superior, ou seja, baseada na relação de poder.

Utilizar o método arqueológico de Foucault é, sobretudo, ir aquém dos enunciados construídos historicamente e que perpassam a linha tênue entre tempo e espaço, é buscar compreender em como nos tornamos sujeitos de determinados discursos e

como são tidos como verdades. Ou seja, pesquisar sobre a construção dos objetos no campo institucional é mostrar que, “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (FOUCAULT, 1986, p.139). Analisar a construção dos objetos discursivos dos relatórios de estágio supervisionado é descrever um pouco dos regimes de verdade de uma certa formação discursiva de determinados campos de saber. O convite que o pensamento foucaultiano nos faz é buscar descrever a multiplicidade e complexidade dos fatos e dos “já ditos”, para isso, o trabalho apresenta os seguintes objetivos: a) analisar a formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias em torno da construção discursiva dos estagiários; b) discutir a importância dos conceitos enunciativos para uma análise de discurso que se debruce sobre o método arqueológico; c) analisar como o estagiário se posiciona com os outros indivíduos no espaço ocupado por ele, sobre o lugar específico no interior de dada instituição; d) observar sua efetiva “posição de sujeito”, suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes; e) investigar quem é esse sujeito que “fala”, que descreve os acontecimentos observados mediante à escrita, qual seu lugar institucional? Qual seu status de enunciativo?

Foucault nomeia seu estudo sobre a constituição dos saberes na sociedade como sendo um estudo arqueológico. O foco da análise está na ordem do acontecimento. Um acontecimento enunciativo que se atrela a outros acontecimentos que lhe são exteriores e anteriores, ou seja, de ordens variadas e distintas, “por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade” (FOUCAULT, 2010, p. 35). Para o autor, embora o enunciado seja singular, está “aberto à repetição, à transformação, à reativação” por se articular a outros enunciados que o antecedem e a outros mais que o sucedem (FOUCAULT, 2010, p. 36). Nesse sentido, Foucault (2000) apresenta a base de sua arqueologia:

o que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamentos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos,

destruídos ou reativados. [...] tratar-se-ia do discurso no sistema de sua institucionalização. Chamarei de arquivo[...] o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. [...] considerá-los não absolutamente como documentos[...], mas como monumentos; [...] como uma arqueologia. (FOUCAULT, 2000, p. 95)

É nesse viés que o filósofo se atenta para o como são organizados os saberes de uma determinada época, sobretudo, como tais organizações são contidas em formas de arquivos passíveis de serem analisados em suas manifestações enunciativas. Na proposta de análise arqueológica, Foucault apresenta uma concepção de história diferente da tradicional, uma vez que, segundo o autor, a história não flui partindo de uma linearidade contínua e causal, mas sim passível de reformulação constante no delinear dos seus acontecimentos. Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault sintetiza e esclarece os pressupostos teóricos utilizados em seus principais trabalhos antecedentes, tais como *História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*. Segundo o autor:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

A continuidade seria, portanto, o resultado da própria história para definição de suas fronteiras lineares e a arqueologia do saber resultaria ao que tange no apontamento de suas desigualdades fronteiriças históricas, além de identificar os acontecimentos que romperam paulatinamente a organização e a permanência. Percebe-se a temporalidade linear como algo construído historicamente, no entanto, concebida como múltiplas, segundo Foucault, o qual a concepção de história designada como unívoca é apenas uma concepção tradicional arraigada à época. A história, para Foucault, é capaz de permear por temporalidades heterogêneas de modo a atingir os indivíduos de formas diferentes, ou seja, a história pode ser vivenciada cronologicamente de diversas maneiras.

A análise arqueológica investiga esse domínio do “ser-saber”. O saber é manifestado por uma prática discursiva que emerge dentro de um campo enunciativo

no qual são construídos em um determinado espaço e tempo. Segundo Foucault, têm-se um campo de acontecimentos dos discursos regido por um conjunto finito de regras, assim que, para o autor, cabe ao arqueólogo investigar em quais regras os enunciados foram construídos de modo a permitir a produção de novos enunciados dentro desse campo. Ou seja, todo enunciado está inserido dentro de um contexto e sua existência ocorre devida à relação com outros enunciados em um campo específico de relações.

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. [...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2012, p. 34).

A análise do campo discursivo busca compreender o enunciado enquanto acontecimento que se transformam e configuram numa regularidade ao longo do tempo. Foucault, ao se distanciar da concepção de unidades tradicionais permanentes, busca denominar como discurso o conjunto de enunciados atrelados a um sistema de regras. A função enunciativa como performance verbal é apresentada como prática discursiva:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1969, p.136).

Assim sendo, o discurso é um domínio de enunciados no qual encontra-se além de um conjunto de signos manifestados por sujeitos em seus atos de fala. O discurso, por sua vez, é uma prática social construída em um sistema de regras ou relações sociais, assim, todo enunciado está dentro de um campo de relações e, sobretudo, inserido em um controle de regras que o determinam. O discurso é, portanto, um conjunto de enunciados que são colocados, a partir de um campo discursivo, e que se transformam e se estabelecem numa regularidade ao longo do tempo.

Diante disso, a concepção de discurso que sustenta esta pesquisa é a de que se trata de “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma

formação discursiva”. Os discursos são produzidos em contexto histórico e institucional, no qual permite ou proíbe sua realização, ou seja, segundo Foucault (2009), há regras discursivas nas quais o sujeito, ao ocupar um lugar institucional, precisa observar ao produzir enunciados em determinado campo discursivo; e o mesmo ocorre na produção de escrita, pois ao escrever, o sujeito insere-se dentro de um campo discursivo, no caso desta pesquisa, à universidade. Portanto, interessa-nos a construção do objeto dentro do campo discursivo universitário e as filiações que os sujeitos/estudantes farão na construção das modalidades enunciativas.

3.1. As formações discursivas (FDs)

Dado o exposto, o panorama filosófico do pensamento foucaultiano neste tópico o objetivo é conceituar a formação discursiva de modo a esboçar o que é ou não regular mediante à dispersão dos acontecimentos. Segundo o autor, “no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, [...] diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, p.43). A formação discursiva para Foucault não se fundamenta no caráter ideológico do discurso, mas sim nas regularidades provenientes de sua formação. Ou seja, têm-se a preocupação de caráter filosófico cuja problemática concerne na epistemologia científica, mediante ao modo como os saberes são construídos socialmente e quais meios sociais permitem a circulação desses saberes.

Foucault apresenta uma nova perspectiva sobre a constituição dos saberes ao longo da história, sobretudo, na concepção de formação discursiva como um conjunto de enunciados como se fora um arquivo histórico de caráter homogêneo em que ocorre a circulação de saberes, no entanto, é heterogêneo em relação à multiplicidade de suas práticas discursivas. Posteriormente, na parte II do livro, denominada *As Regularidades Discursivas*, Foucault aborda sobre as unidades discursivas, de modo a criticar, sobretudo desconstruir a concepção que toma os discursos como grupos unitários e contínuos. Para o autor, há que se desvencilhar de todo um emaranhado de noções que diversificam, cada um a seu modo, o tema da continuidade, cuja estrutura conceitual não se fundamenta em sua rigorosidade, mas sim na precisão quanto à temática.

Em relação à tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade e de espírito [de uma época], Foucault adverte que:

[...] esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (Foucault, p. 24).

Foucault questiona os pré-julgamentos, que são aceitos à priori, principalmente no que tange ao livro e a obra, em função de seu valor de síntese em relação ao pensamento de um autor ou de uma época; cujo pensamento de um autor situado em uma determinada época torna-se mantenedor das unidades contínuas dos temas dos discursos. Sendo assim, segundo o autor, as construções históricas que corroboram na continuidade discursiva e no apagamento dos acontecimentos, deslocam-se e rompem com a permanência dos temas e dos objetos. Foucault, por sua vez, pretende não fazer usos das concepções de história global, dos agrupamentos disciplinares, sobretudo das unidades do livro e da obra que dão coerência à história e ao seu desenvolvimento contínuo, de modo a elidir e sair pela tangente sobre às concepções diversas sobre o tema da continuidade:

[...] é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (2008, p. 24).

Foucault também se posiciona adverso aos “tipos de discursos” ou aos “gêneros” cujos mecanismos tendem a manter a unidade discursiva. Dentre esses agrupamentos, destacam-se à ciência, filosofia, literatura, história, religião, ficção etc.; no qual admite as características inerentes a esses “tipos de discurso” e os agrupam em determinada época, no entanto, ressalta que tais agrupamentos não podem ser analisados sem serem confrontados com outros agrupamentos discursivos que os cerceiam; ou seja, ressalta-se a não inerência desses agrupamentos e seu não fechamentos em unidades. Por sua vez, o autor mantém-se inquieto quanto ao valor

de síntese do livro e da obra, uma vez que tais construções promulgam a continuidade dos discursos e o apagamento dos acontecimentos que se deslocam. Além disso, Foucault esboça duas concepções sobre as unidades que se instauram nos acontecimentos em um grupo de enunciados, de modo a inseri-las em um sistema de repetição.

A primeira concepção diz “[...] que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem velada – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente” (ibidem, p. 27); posteriormente, a segunda concepção do autor refere-se que:

[...]todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (ibidem, p. 28)

Foucault deixa à mercê ambas as categorias e as elidi de seu método arqueológico, pois apresenta algo que delas aflora e que é comum a todas: elas agrupam os discursos em unidades, além da positividade do “já dito”, no sentido de que seria uma das ferramentas que garantiriam, sobretudo, manteriam o tratamento dos discursos a partir de unidades que se repetem continuamente no percurso histórico, de modo a denotar um caráter lógico na ordem da história, emergindo sob uma continuidade que os embala.

Alheio e contrário ao agrupamento em unidades que lhes são contínuas, Foucault visa desconstruir e mostrar as instâncias nas quais os saberes se movimentam e irrompem enquanto acontecimentos. Segundo o autor, o método arqueológico direciona-se à descrição dos enunciados, mas enunciados estes que não estejam e não sejam resgatados em uma ilha na qual as unidades discursivas se deleitam, mas sim encontrar nos enunciados algo que represente à singularidade de uma determinada época. Para Foucault,

[...] A supressão sistemática [...] [dessas] unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade

de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, como que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito frequentemente minúscula – emergência. Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (2008, p. 31).

Observa-se que, segundo o autor, permanece uma constância negativa quanto à continuidade das unidades discursiva que marca sua postura e ressalta o seu método arqueológico, cujo objetivo fulcral é abordar que o aparecimento dos enunciados em grupos não é, de modo geral, determinado por condições históricas permanentes, ou seja, o vínculo relacionado entre os enunciados não ocorrem por generalizações de uma dada época, nem por um pensamento singular ou referencial em que esse enunciado revela sobre um jamais-dito que mantém sua aparição, sobretudo, sua permanência. Ora, nesse sentido, o que possa estar nessa fronteira entre os laços que relacionam os enunciados entre si, senão uma unidade discursiva? Tal questionamento é o que Foucault se propõe a esclarecer em sua segunda discussão, intitulada d' *As Regularidades Discursivas em A Arqueologia do Saber*.

No capítulo sobre as formações discursivas, por sua vez, o autor se propõe a mensurar quatro hipóteses sobre especificidades que evidenciam, mediante os enunciados, laços e relações que não sejam justificáveis pelas unidades já deixadas à mercê, além de conceituar as “relações que podem ser legitimamente descritas entre esses enunciados, deixados em seu grupamento provisório e visível” (2008, p. 35).

Segundo Foucault, no que concerne à primeira hipótese, têm-se a relação do objeto quanto aos enunciados que se diferem em sua forma, são dispersos temporalmente e, sobretudo se agrupam quando se referem a um único e mesmo objeto. No entanto, o preceito arqueológico, não se fundamenta ao verificar que há, de fato, objetos dados a priori no mundo e por isso cabe ao arqueólogo realizar um levantamento de tais enunciados que, em diversos lugares, se propagam e se referem a um mesmo objeto; Foucault logo assevera que o surgimento dos objetos é resultado fulcral do modo como os enunciados são recortados.

Em consonância com sua obra e suas análises arqueológicas apresentadas em *História da Loucura* (2008), o filósofo menciona sobre a doença mental que fora constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados; enunciados estes que foram nomeados, recortados, descritos, explicados, apresentados seus desenvolvimentos, suas relações e, “eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando em seu nome, discursos que deviam passar por seus (2008, p.36).”

Segundo Foucault, os enunciados são o lócus em que repousam os objetos, de modo a criar corpo historicamente, além de serem âmbitos em que ocorrem suas transformações e as múltiplas facetas em distintos períodos históricos ou em um mesmo tempo determinado. Percebe-se, no entanto, que o posicionamento de Foucault não é negar que o mundo exista e que as coisas existam no mundo; a questão que o autor coloca em voga refere-se ao modo como os objetos são descritos nas relações enunciativas e como então, por sua vez, transformam-se em objetos do saber e faz com que as práticas discursivas se instaurem em torno deles.

A segunda hipótese, de acordo com Foucault, refere-se em como tais enunciados recortam os objetos e os agrupam a partir de uma mesma perspectiva e dos mesmos instrumentos, de modo a encadeá-los. No entanto, Foucault não compactua com essa forma que agrupa o enunciado de modo contínuo e determinado, sem que haja interferência, uma vez que para o autor: “[...] se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados” (ibidem, p. 38), mas sim um adjunto de normas que torna possível, concomitantemente, “[...] descrições puramente perceptivas, mas, também, observações tornadas mediatas por instrumentos, protocolos de experiências de laboratórios, cálculos estatísticos, constatações epidemiológicas ou demográficas, regulamentações institucionais, prescrições terapêuticas” (ibidem, p. 38-9).

Dado o exposto, verifica-se que mediante ao princípio de coerência dos enunciados e de seu encadeamento, implica tomarmos às práticas discursivas que, partindo dos mais diversos âmbitos, recortam o objeto de modo a caracterizá-lo como singular, além de transformá-lo.

No que diz respeito à terceira hipótese, Foucault aborda sobre o “sistema dos conceitos permanentes e coerentes”, que se atinam num agrupamento discursivo, no entanto, o autor logo ressalta alguns cuidados a serem tomados quanto à descrição dos sistemas de conceitos permanentes. Diante da hipótese, Foucault a refuta: “[...]”

ora, encontramos, em vez disso, possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes” (2008, p. 42).

Em suas análises sobre a Gramática apresentadas em *As palavras e as Coisas* (2007), na qual revela que muitos conceitos entrelaçados a uma mesma unidade enunciativa podem configurar-se em algo destoante entre si e, sobretudo, incompatível, tendo em vista os saberes que os entrecortam em determinado momento histórico. Ou seja, para Foucault, uma unidade discursiva não se descobre mediante à busca de sua coerência conceitual, mas sim em sua emergência sincrônica ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, contingentemente, em sua incompatibilidade. Para o autor, os conceitos sistematizados não devem, por sua vez, serem analisados somente mediante a sua centralização em torno de um objeto, mas sim de modo a considerar os entraves que, fora de permanência e na sinuosidade da dispersão, impõem novas regras ao modo como os saberes são agrupados, ou seja, as formas de “descontinuidade, de corte, de limiar e de limite”. (ibidem, p. 34).

Por fim, no que diz respeito à quarta hipótese, Foucault aborda sobre as estratégias que, mediante à dispersão dos pontos de escolha, consegue definir perspectivas distintas e, sobretudo posicionamentos sobre um mesmo tema. A partir desse ponto, o autor passa para a premissa de que em uma determinada época haveria um conjunto de estratégias que determinariam os possíveis temas a serem tratados em relação a um objeto. Porém, é nesse momento que o autor é adverso à esta premissa, instaurada à priori, pois, segundo Foucault, há outras estratégias discursivas que trabalham de modo relativo em relação ao eixo das continuidades. Nesse sentido, as escolhas temáticas que definem um objeto tornam-se dispersas quanto diversas e diversificadas indicando distintos princípios de existência de um objeto em um mesmo período histórico, porém, alguns são autorizados e validados, outros ficam às margens do dizível, ou seja, velados e ilegais. Uma vez dado o exposto cujos temas sejam permanentes e contínuos, Foucault refuta, pois: “[...] Ora, encontramos, em vez disso, possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes” (2008, p. 42).

Foucault, por sua vez, ao abordar as quatro hipóteses sintetizadas anteriormente, evidencia que cada uma delas não direciona para a ideia de saberes

que se localizam em conjuntos fechados, mas sim para a compreensão segundo a qual as cadeias enunciativas estão esparsas, irregulares e fora de ordem, direcionando concomitantemente ao que Foucault esboça sobre as formações discursivas. Compreende-se, portanto, que a concepção de formação discursiva é estabelecida mediante aos princípios arqueológicos de ordem, correlação, funcionamento e transformação, regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento.

Sendo assim, a formação discursiva, organizada por um conjunto de enunciados, não se reduz a objetos linguísticos. A análise e o sistema de positividade em relação ao elemento do saber referem-se somente a algumas determinações dos acontecimentos discursivos. Segundo Foucault, “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Ora, nesse sentido, pode-se vincular à conceitualização do “discurso”, o qual, segundo o autor, define-se como um conjunto de enunciados, desde que ancorados na mesma formação discursiva, pois:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1969, p. 135)

Ou seja, o discurso não é meramente uma sequência enunciativa, mas sim uma rede de relações que dão sentido à vida. A palavra discurso, propriamente dita, carrega consigo a noção de movimento, cujo objeto discursivo é, sobretudo, estudar a língua em função de sentido. Em específico, segundo Foucault, compreende-se por discurso como: “Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 1960, p. 43).

Uma vez que este conceito carrega consigo ajustes compostos por uma unidade de enunciados, sua aplicação e produção nas instituições e relações sociais, definem, por sua vez, um saber, além de determinar funções e formas de

comportamento em determinado período histórico, de modo a permear por vários campos sociais, no entanto, para cada campo social têm-se regras discursivas sobre o que dizer, como dizer e para quem dizer. Sobretudo, o discurso está aquém do dizível e oposto a forma intuitiva, uma vez que, compreende o discurso como um conjunto de enunciados na medida que provêm da mesma formação discursiva, [...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56).

A empreitada de Foucault quanto à conceitualização da formação discursiva, não encontra, por sua vez, como uma unidade fechada em si mesma, mas sim um sistema disperso, o qual mediante a esse limiar de seu conceito nega todas as unidades, de modo a questionar suas permanências mal justificadas à priori, na linearidade histórica, a existência de espaços pelos quais os enunciados se esvaíram e criam redes de memória. A dispersão dos enunciados concomitantemente com as irrupções dos acontecimentos discursivos e os saberes das práticas discursivas, configura-se na existência de uma formação discursiva, além da verificação de uma determinada regularidade no modo pelo qual os objetos são recortados enunciativamente, podendo manter ou não determinados objetos ou serem definidos estrategicamente mediante as escolhas temáticas circunscritas na realidade enunciativa dos objetos discursivos.

Faz-se necessário ressaltar que a tentativa de uma descrição entre os enunciados não vincula a ideia ainda que arraigada sobre um sistema de dispersão que, supostamente, esteja assumindo um papel regulador quanto a organização dos saberes. A realidade histórica pela qual uma formação discursiva pode ser recortada configura-se pelas regularidades esparsas e não pela regulamentação sistemática. Ao esboçar a existência desse sistema, Foucault parte da premissa pela qual se pode buscar um princípio de organização discursiva, no entanto não podemos elidir as transformações dos objetos, temas e conceitos incompatíveis e, sobretudo, mudanças de estratégias, uma vez que todos, de um certo modo também reestabelecem a existência das regras de formação e a irrupção do acontecimento.

Ora, sabe-se, portanto, que Foucault critica e deixa à mercê qualquer concepção que corrobora e reforça sobre os temas da continuidade na história, logo,

aborda hipóteses sobre o caso em que se possam conjecturar regularidades entre os discursos. É nesse momento que o autor incide sua análise sobre o modo como os saberes são organizados e possíveis de serem descobertos na dispersão dos enunciados, saberes estes que são postos em circulação em um determinado período histórico e regulados ao que tange às formações discursivas ou regras de formação.

Foucault, por sua vez, aborda como se dá a organização das formações discursivas, mediante a apresentação de quatro hipóteses, na qual realiza um recorte de cada uma sobre a construção dos saberes, sobretudo da existência das regras de formação. Nesse viés, a seção posterior possui o intuito de apresentar, embora de modo sucinto, o modo no qual Foucault analisa cada aspecto que opera na organização dos saberes dispersos, sendo a construção dos objetos, as modalidades enunciativas, conceitos e estratégias.

3.2. A construção dos objetos

Inicialmente, ao contextualizar a concepção de formação dos objetos, Foucault aborda que os objetos são pouco atrelados a realidade material antecedente ao discurso, mas que são construções discursivas, uma vez que sua existência só ocorre através das práticas que os delineiam, os recortam e os transformam ou deixam em suspenso. Em um momento posterior, questiona esse regime de existência dos objetos de modo a conceber um capítulo somente à A Formação dos Objetos (2008, p. 45-55). Para exemplificar suas análises e considerações, retoma a discussão sobre o objeto “loucura”, abordado em suas pesquisas precedentes (*A História da Loucura*).

Como primeira hipótese e, sobretudo para explicitar a existência dos objetos do discurso, Foucault faz uso de três métodos usados para a descrição dos objetos. O primeiro procedimento refere-se à determinação das *superfícies de emergência* dos objetos, em que, segundo o autor:

Seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência*: mostrar onde [os objetos] podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. (2008, p. 46).

Verifica-se, portanto, que delimitar o lócus em que emerge o objeto seria, concomitantemente, estabelecer as fronteiras sociais que manifestam seu surgimento, transformação e seu desaparecimento. É mediante a esse funcionamento das superfícies nos quais emergem os objetos que se identificam novas condições para o status que possam adquirir nas práticas dos discursos e, desse modo, restringir também os domínios de sua diferenciação, definir o que o torna nomeável e descritível.

O segundo, por sua vez, está atrelado à descrição das *instâncias de delimitação* dos objetos. Foucault, tendo como base o objeto loucura, mostra que este objeto foi constituído para além da medicina (“como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração” 2008, p. 47), havendo, sobretudo, uma coerção de outras instituições sociais a fim de distinguir, designar, nomear e instaurar a loucura como objeto. Essa função também fora encarregada à justiça penal, às autoridades religiosas e à crítica artística e literária. Percebe-se, portanto, que há uma heterogeneidade das instâncias sociais que delimitam e constroem o objeto em uma determinada época, sobretudo organizam os saberes em torno desse objeto e garantem o funcionamento das práticas discursivas.

Por fim, o terceiro e último procedimento refere-se à descrição das *grades de especificação*, no qual têm-se a separação, oposição, associação, reagrupamento, classificação e derivação entre os diferentes objetos. Ou seja, trata-se das especificidades que propiciam o estabelecimento das repartições entre um e outro objeto, além do fato que se distingue um mesmo objeto diversas práticas dos discursos. Tendo em vista os três procedimentos, Foucault assevera que seu uso de modo separado não se torna efetivo, havendo, portanto, a utilização de sua junção triádica para que se possa definir e delimitar os objetos do discurso. “O discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente” (FOUCAULT, 2008, p. 48). O segundo motivo pelo qual tais procedimentos seriam insuficientes é devido ao não estabelecimento de relações, ou seja, como abordar um “sistema de formação se conhecemos apenas uma série de determinações diferentes e heterogêneas, sem ligações ou relações assinaláveis?” (FOUCAULT, 2008, p. 48). Nesse viés, definir o objeto do discurso é determinar as relações que são instauradas entre as superfícies emergentes, as instâncias

delimitadas e as grades de diferenciação, sendo “essas relações que, atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos” (p. 49).

Quanto aos objetos que são recortados, Foucault define que:

(pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (2008, p. 49-50)

Mediante a tais relações entre o emergir, delimitar, especificar ou diferenciar entre os objetos, têm-se a organização dos saberes de modo a instaurar o surgimento, a manutenção e coexistência dos objetos apoiados num determinado sistema de formação discursiva segundo o qual se “sabe” o que pode e o que deve ser diante com base em suas regras de formação. Ademais, Foucault ainda ressalta que em relação a reflexões sobre a existência dos objetos do discurso, o sujeito não pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar, há intrinsecamente uma relação sistêmica que regulamenta a existência ou exclusão dos objetos; Ou seja, “[...] não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade” (FOUCAULT, 2008b, p. 50). No entanto, para aqueles que diagnosticam uma redutibilidade dos discursos a uma relação parafrástica da qual não é possível desprender e suscitar transformação, Foucault assevera que:

[...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (ibidem, p. 50).

Tal exposição direciona ao cerne da discussão do pensamento de Foucault quando pormenoriza a categoria de regras de formação o fato da constituição do discurso, sobretudo dos objetos a partir das *práticas discursivas*, práticas estas que estão intrinsecamente atreladas a concepção de *acontecimento discursivo* que o enunciado possui. N’A *Arqueologia*, estas categorias e concepções estão todas relacionadas e direcionam para um conjunto de normas localizadas em determinado

tempo e espaço, conduzindo para a existência real dos enunciados e para o seu agrupamento em discursos.

A relação entre o objeto e suas propriedades e existências são outra observação realizada por Foucault. Segundo o autor, o conjunto de encadeamento que configuram os objetos (as instâncias de emergência, delimitação e especificação) não definem a constituição, “[...] mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade” (2008, p. 50-1). O objeto resultante de práticas discursivas, uma vez colocadas em jogo em um determinado âmbito de relações, não possui a existência reduzida a sua organização interna, preexistente ao próprio objeto.

Foucault, ao concluir o capítulo, retoma que a análise do estatuto dos objetos do discurso não deve aferrar ao que é dado ao sujeito falante e que é da ordem do produto da enunciação. O desempenho do enunciado deve ser indagado sobre suas condições de existência, sobre o conjunto das normas que o configuram. O objeto discursivo não é, por sua vez, algo permanente no tempo e espaço, de modo que pudesse suscitar, a partir da singularidade e oclusão de seus caracteres, a presença já estabelecida dos textos que o conceituam. Assim, ao proceder pela análise arqueológica, não se têm um real histórico estável: “[...] descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (FOUCAULT, 2008, p. 52). Segundo Foucault:

[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados. (FOUCAULT, 2008, p. 52-3)

Pode-se, talvez, questionar, nesse aspecto sobre o contínuo de regras de formação, a suposta estabilidade a ser descrita nas linhas tênues, mas dispersas, que as demarcam. Contudo, como a citação claramente esboça, não se trata de normas que autorizam somente a construção de um determinado tipo de objetos, inscritos e definidos, assim, por um homogêneo conjunto de caracteres. A atuação das práticas discursivas e a singularidade dos acontecimentos discursivos colocam as normas de formação em funcionamento; porém as relações heterogêneas que as definem

permitem a existência de objetos também heterogêneos. São objetos que não perpetuam constantemente nas práticas que os definem, que não emergem também de um mesmo âmbito e que não se configuram como singulares.

3.3. A formação das modalidades enunciativas

De acordo com Foucault, a segunda perspectiva configura a possibilidade de determinar o funcionamento de um campo discursivo descrevendo a formação das modalidades enunciativas, ou seja, os modos de dizer, de mobilização da linguagem para construir o objeto de discurso. Para o autor, o presente aspecto arqueológico concerne em “[...] encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (2008, p. 56).

Com a finalidade pautar essa problemática que está atrelada ao processo enunciativo e não somente as relações que sustentam à formação dos objetos, Foucault expõem três questões que são discutidas separadamente, a saber: a regulamentação do sujeito que fala, sobre os âmbitos institucionais de onde esse sujeito fala e sobre o posicionamento desse sujeito no momento da enunciação. No caso da medicina, Foucault teve que descrever como os médicos são reconhecidos, como os hospitais são organizados e, sobretudo, como muda o posicionamento do médico enquanto observador, interrogador, receptor de informações, pesquisador etc.

Tendo como tema a medicina, Foucault aborda a questão sobre o processo formativo das modalidades enunciativas, ou seja, torna-se fulcral para o autor o estatuto do sujeito que fala; quem é esse sujeito, à priori detentor de um saber que se encontra em seu direito de fala. Contudo, a detenção e exposição dos saberes não atinge a todos aqueles que em um determinado momento e vontade queira se manifestar, pois tal exercício está centralizado a grupos específicos aos quais é garantido o *status* de atuar sobre os saberes: proferir enunciados que os instaurem, manejar técnicas que os consolidem e, principalmente, desempenhar essas ações de modo a exercer *verdade* em suas práticas. Tendo como exemplo o caso do médico, Foucault ressalta que o estatuto profissional deste sujeito se vincula as diferenciações sistêmicas e relações entre ele e todos os outros indivíduos que cerceiam sua prática, depende também de “[...] um número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 2008, p.57).

Há, desse modo, um emaranhado de relações hierárquicas entre o médico e o restante da sociedade. São essas relações que conferem ao médico o estatuto para enunciar sobre um determinado tema. O desempenho da função enunciativa coincidirá com o funcionamento de todas essas relações na designação do papel que o médico pode e deve ocupar na fala médica.

A diligência da função enunciativa coincidirá com o desenvolvimento de todas essas relações na designação da função que o médico pode e deve ocupar. Além disso, os âmbitos institucionais que relacionam sujeito e discurso atuarão como legitimadores da verdade intrínseca ao discurso e imprescindível à manutenção e transformação dos saberes. Em sua análise sobre a medicina, Foucault aborda que o *status* do médico enquanto profissional legitimado à palavra denota propriedade à prática discursiva e, conseqüentemente, aos lugares institucionais, como o hospital e o laboratório por meio dos quais essas práticas são legitimadas e desempenham esse papel de “lócus discursivo” e, por sua vez, autorizador de uma prática. Não basta o sujeito deter o estatuto da fala, mas sim assumir uma posição que o autorize a tomada da palavra e defina o modo como a palavra surgirá no elo enunciativo.

O posicionamento do sujeito, por sua vez, se define “pela situação que lhe é possível ocupar [o sujeito] em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008, p. 58). Ou seja, ele é o sujeito no qual pode indagar, observar, anotar, utilizar instrumentos etc.; o papel do sujeito e a posição em que ocupa se restringe a um campo de ações que mostram o exercício de sua subjetividade. No entanto, essa subjetividade é definida pelo conjunto de relações subentendidas a determinadas regras de formação. A questão que se coloca em voga, nesse viés é: mediante a quais regras, leis ou normas se forma esse campo de ações do sujeito, esse campo de situações em que ele pode atuar? A análise arqueológica, nesse caso, não se restringe ao ato descritivo dessas situações, mas sim à análise sistêmica de relações que permitem sua existência.

Desse modo, para concluir suas reflexões sobre a formação das modalidades enunciativas, Foucault aborda sobre a formação dos objetos, dos campos de relações que devem ser tratados em consonância a descrição arqueológica. No caso da medicina, essas relações se apresentam:

[...] entre o espaço hospitalar, [...] entre o campo de observações imediatas e o domínio das informações já adquiridas; [...] entre o papel

do médico como terapeuta, seu papel de pedagogo, seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social (FOUCAULT, 2008, p.59).

Assim, as relações entre o estatuto do sujeito que fala, o âmbito institucional que fala e dos posicionamentos que pode ocupar no espaço em que atua é que estabelecem a formação e funcionamento das modalidades enunciativas. Desse modo, Foucault evidencia que não existe um sujeito transcendental, ou seja, aquele que é dono de sua verdade; e o sujeito também não é o sujeito psicológico, aquele cujas regras de existência são oferecidas pelo inconsciente. A atuação do sujeito marca o desempenho de sua subjetividade no limite de um campo de relações e em termos de modalidades enunciativas, é que Foucault persiste na ideia de que seu desempenho se manifesta na dispersão dos enunciados; está registrado no lio de relações que, nas diversas práticas discursivas, localizam as regularidades que cerceiam o modo como o sujeito é definido na enunciação: o status que exerce, o lugar que o assume e a posição que ocupa.

Segundo o autor, “o discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (2008, p. 61). Nesse sentido, uma vez que o sujeito é evidenciado pela sua vaga função a ser preenchida no exercício de suas práticas discursivas, a alteração das funções que exercem evidenciará a existência de múltiplas perspectivas subjetivas de tomada de posição, assim como uma pluralidade de relações cujas modalidades enunciativas possam funcionar. Uma vez esparsas, variáveis e heterogêneas quanto aos modos de relacionamento, as regras de formação não limitam o desempenho do sujeito, mas permitem, a existência de posições que se transformam, embora esteja em um fechamento regular.

3.4 A formação dos conceitos

De acordo com as reflexões abordadas por Foucault (2008), acerca da construção dos objetos e das modalidades, percebe-se a unidade do discurso oclusa em um conjunto definido e invariável de objetos e categorias de enunciação. Inviável, visto que, no domínio de regras de formação, existe um campo aberto de relações nas quais múltiplos objetos e sujeitos coexistem pelas práticas do discurso. Sendo assim,

ao abordar sobre a formação dos conceitos, não se têm a pretensão de encontrar uma descrição fidedigna de um número restrito de conceitos estáveis que funcionem, num determinado momento, no limiar da tradição ou da obra de um autor; uma vez que se trata de uma heterogeneidade de conceitos irregulares conduzidos pelas mesmas regras de formação.

Partindo da premissa do ponto de vista tradicional histórico, criticada por Foucault (2008), os conceitos, por sua vez, sucedidos pelos outros em consonância com os olhares sobre os objetos se transformam ou, evoluem. Contudo, ao retratar a formação dos conceitos, Foucault nega o seguimento sistêmico lógico de sucessão, mesmo não havendo a coexistência incongruente sendo gerenciada pelas mesmas regras de formação.

Ao abordar sobre a formação dos conceitos, faz-se necessário considerar, sobretudo ressaltar as formas de sucessão, as diversas disposições enunciativas de forma seriada, além dos diversos tipos de correlação entre os enunciados e os esquemas retóricos diversos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados. Descrever as várias *disposições das séries enunciativas* implica no tratamento das relações entre os diversos conceitos que entrecruzam a formação de um objeto com a disposição, generalização, especificação e distribuição que obedecem. Se, entre os enunciados e como configuram-se os conceitos existe uma disposição obedecida, cabe ao arqueólogo do saber descrevê-la. Evidenciar os diversos tipos de correlação dos enunciados também compreende a descrição das formas de sucessão. Defronte de um manancial de conceitos, mostrar os tipos de correlações entre eles é, por sua vez, indicar a regularidade que se encontra na base de sua existência. Foucault aborda sobre as descrições, deduções e definições subjacentes a formação dos conceitos. O modo descritivo dos esquemas retóricos que entrecruzam a formação dos conceitos estabelece a emergência de textos que caracterizam os conceitos e a existência heterogênea determinada no momento que surgem em diversas práticas.

Posteriormente, Foucault aborda sobre a necessidade expositiva das formas enunciativas e dos conceitos que coexistem e se recortam. Tal descrição corresponde à análise dos campos *de presença, dos campos de concomitância e dos domínios de memória*. Em relação aos campos *de presença*, têm-se, por sua vez, os enunciados aprovados ou recusados, que encontram seu lugar na ordem correlativa entre as variadas enunciações e na construção de conceitos que cerceiam um mesmo objeto;

o âmbito cuja prática do discurso atua determina uma heterogeneidade de enunciados que a atravessam e que, de certo modo, efetiva sobre sua existência e sobre a forma como define os conceitos em consonância aos seus objetos. No que tange aos *campos concomitantes*, têm-se o momento de integração dos enunciados de ordem variada, ou seja, não há recorte entre os mesmos objetos, entretanto, continuam atuando sobre o modo como se dá a existência aos conceitos. Segundo Foucault:

[...] trata-se, então, dos enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas (2008,p. 64).

Observa-se que, segundo a concepção foucaultiana, enquanto se tem enunciados que atuam integralmente sobre os conceitos em função de um mesmo objeto a que se referem, há outros que, de domínios diversos, também influenciam os modos de coexistência dos conceitos. Por fim, em relação às formas de coexistência enunciativa, têm-se os domínios de memória cuja análise recobre os enunciados já inválidos e esquecidos na ordem do saber, mas com os quais ainda se definem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.

Nesse sentido, descrever as formas de coexistência é, por sua vez, admitir uma pluralidade de conceitos que devem ser organizados pelo modo como se interagem, seja como enunciados provenientes de um mesmo campo e campos diversos, seja com enunciados já inválidos. Mediante a assertiva, compreende-se que existem conceitos que habitam um mesmo espaço em uma determinada época e que não são rejeitados pela mera existência de um enunciado oposto às suas margens. Evidencia-se, portanto, no que diz respeito aos conceitos, que uma formação do discurso pode ser definida por sua coexistência de diferentes relações entre os objetos, os modos enunciativos e a conceituação fronteiriças dos objetos.

O último aspecto sobre a análise arqueológica consiste na definição dos “[...] procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados” (ibidem, p. 64). As metodologias de intervenção são muitas e se relacionam às técnicas de reescrita, aos procedimentos de transcrição, as formas de

tradução, aproximação, delimitação, transferência e sistematização dos enunciados. Para Foucault, os processos de intervenção são aplicáveis a todas as formações discursivas, uma vez que são técnicas textuais gerais que incidem sobre os enunciados e fomentam condições para a existência material dos conceitos. Como incumbência, têm-se a descrição das cadeias textuais que integram a produção dos conceitos no interior das práticas do discurso.

Assim como havia retratado sobre a formação dos objetos e das modalidades enunciativas, Foucault não consente que essa descrição relacionada à organização do campo de enunciados deva considerar cada um desses elementos – os modos de sucessão, de coexistência e os procedimentos de intervenção separadamente. Para o autor, “[...] o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhes são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros” (2008, p. 66). Nesse sentido, é no limiar entre os campos de presença, os modos de reescrita e sucessão que se pode configurar os domínios de uma formação discursiva.

Além disso, para que a análise não resulte em um fechamento dos conceitos em sua dimensão já materializada, Foucault aborda sobre a importância em priorizar um nível pré-conceitual. É nesse nível que os conceitos podem coexistir e suas regras de formação podem ser levantadas, contudo, não se entende por pré-conceitual um nível cujos conceitos fiquem à mercê para que entrem na ordem do saber. Esse nível ocorre no próprio discurso e nas práticas que agrupam os enunciados. Desse modo, é pela existência desses conceitos ora autorizados e rejeitados e, à propósito, dispersos em sua posição temporal que se instauram regras que os situam frente uns aos outros. Segundo Foucault,

O campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das ideias (ibidem, p. 70).

Percebe-se que não se trata de regras homogêneas de conceitos que existem enquanto há pré-conceitos que esperam o momento para emergir; mas, de modo diverso, estamos diante de conceitos díspares (e até discordantes) que coexistem e que são regidos pela mesma formação discursiva. Sua descrição deve abordar suas

formas de sucessão, de coexistência e, sobretudo, os procedimentos que intervêm em sua formulação.

3.5 A função enunciativa e a descrição dos enunciados

Foucault, na terceira parte do livro, *O Enunciado e o Arquivo*, busca delinear o conceito que vinha mencionando, porém não havia sido delimitado – o conceito de enunciado. Considerado como o “núcleo do discurso”, o autor levanta os seguintes questionamentos sobre esse conceito:

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou ainda à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act*? (ibidem, p. 90-1).

Inicialmente, Foucault problematiza a diferenciação entre o enunciado e essas unidades com as quais podem ser erroneamente confundidas quanto a sua conceitualização, tal como a frase, proposição e o ato de fala. Nesse viés, o autor reitera o caráter singular do acontecimento nesse sistema de regras anônimas que compõe a prática discursiva. Ou seja, para o autor enunciado e proposição não são as mesmas coisas; no entanto, há a possibilidade de haver proposições idênticas, uma vez que os conteúdos de suas asserções são valorados como uma mesma verdade, mas que aparecem, enquanto enunciados em campos distintos de utilização.

Do mesmo modo, o enunciado não é equivalente à frase. Partindo do preceito gramatical do que se compreende por frase, têm-se o esquema sujeito-predicado, porém, há frases cujos gramáticos asseveram eventualmente a não ocorrência deste esquema, assim como no advérbio isolado “Perfeitamente”, em que Foucault menciona que o enunciado está longe de ser confundido com a frase. Segundo o autor, o enunciado pode estar atrelado a um quadro de classificação de espécies, equação, gráfico, balanço comercial estimativo, de modo a não resumir, portanto, a uma frase.

Além disso, a concepção sobre ato de fala não deve ser a mesma em relação ao enunciado, embora, aparentemente, essa hipótese possa parecer sustentável. Segundo o autor, a distinção concerne entre o acontecimento do discurso, o qual se fundamenta na existência de enunciados (do mesmo modo que os instaura) e a

enunciação, que exige uma postura do enunciador frente ao ato que enuncia (pedido, prece, ordem, solicitação etc.) e que, por sua vez, produzem atos de fala. Percebe-se, portanto, que Foucault preocupa-se para que não haja as trocas conceptivas, ou seja, para que fique claro quanto à concepção de enunciado e intenção de quem fala ou o produto dessa fala. Assim sendo, o enunciado não se trata de mera descrição de um determinado instante singular enunciativo que ocasiona repercussões imediatas de um solo de origem e da caracterização de um enunciado. Foucault assevera que, em um mesmo ato de fala, vários enunciados podem ser configurados para que este ato se realize: o próprio ato de fala é constituído pela existência de enunciados.

A concepção de enunciado para Foucault não é, portanto, o mesmo que frase, proposição ou ato de fala, uma vez que “[...] não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência” (2008, p. 97). O autor, ao evidenciar que não se trata de uma unidade, passa a considerá-lo como o desempenho de uma função:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem e se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (ibidem, p. 98).

Mediante as unidades semânticas, os enunciados atravessam de modo a permitir também a sua própria existência, seu aspecto estrutural e seus conteúdos concretos. Foucault, por sua vez, configurará, posteriormente, na descrição do exercício dessa função enunciativa “em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (ibidem, p. 98).

Sobretudo, o autor aborda quatro particularidades que configuram a função do enunciado, sendo, o sujeito, o domínio associado e a materialidade. Sabe-se que o enunciado não pode ser tratado por texto, tampouco, como fora mencionado anteriormente, ser confundido com frase, ato de fala e proposição, uma vez que o texto é uma unidade semântica que se mantém aquém de suas condições de produção, em relação a sua dimensão linguística; e os enunciados se apresentam,

até esse ponto da discussão de Foucault, como elementos constituintes que promulgam a própria existência dos textos e que, por isso, estão no âmbito de “regras anônimas”.

O referencial é a primeira característica da função enunciativa. Inicialmente, o autor diferencia do correlato real ou do significante. O referencial para o enunciado não se refere a fatos, realidades ou seres, a partir dos quais caracteriza-se de modo a basear-se na natureza já-estabelecida das coisas; porém, contrariamente, é constituído “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (ibidem, p. 103).

Dado o exposto, percebe-se que o referencial é marcado pela eventualidade do acontecimento discursivo e pela forma como a prática do discurso, de acordo com suas regras de formação, atrelam as palavras e as coisas aos conceitos, temas e tipos de enunciação. Foucault em determinado momento chega a abordar sobre um *nível enunciativo* (ibidem, p. 103) que, com base em todas essas relações (entre as condições e campos de emergência e diferenciação dos indivíduos e dos objetos), consentiria o funcionamento das frases e proposições, no sentido de que, mediante as relações no nível enunciativo, se pensaria, propriamente, na relação significante/significado operando na língua. Trata-se, portanto, em tentar analisar as tramas realmente históricas, e que estão no limite de qualquer uso da língua ou da linguagem, permitindo assim, estabelecer relações entre o binômio significante/significado de um modo tão natural. Se o enunciado possui um referencial, caberá ao arqueólogo do saber procurar explicitar as relações que tornaram possível esse enlace acidental entre as palavras e as coisas: as suas leis de existência, suas superfícies de emergência, o funcionamento dos campos em que coexistem, os processos que intervêm nessas relações etc.

A segunda característica diz respeito à relação entre o enunciado e o sujeito. Inicialmente, Foucault esclarece que a descrição do sujeito não está atrelada na descrição do sujeito gramatical, ou seja, aquele que faz uso da primeira pessoa verbalmente, tampouco na designação de um autor empírico para o enunciado. Ao prever determinadas discussões que pudessem ancorar a segunda acepção, Foucault elidi o campo literário, no qual poderia haver o questionamento, ao invés do *status* do sujeito, a “própria essência da literatura”, e passa a discutir a posição sujeito em um tratado de matemática. Nessa exemplificação, o autor defende que o sujeito não

ocupa um posicionamento empirista e assinalável entre o enunciado e um produtor “verdadeiro”, uma vez que o desempenho da função enunciativa propicia possibilidades em relação à posição de sujeito. Sobre o tratado de matemática, Foucault mostra que para a frase não existe uma posição que seja neutra, capaz de ser ocupada por quaisquer sujeitos. No entanto, seu uso compreende

[...] condições contextuais precisas [...]: a posição é então fixada no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados; é localizada em uma série de acontecimentos enunciativos que já se devem ter produzido; é estabelecida em um tempo demonstrativo cujos momentos anteriores jamais se perdem e que não têm, pois, necessidade de serem recomeçados e repetidos identicamente, para se apresentarem de novo [...]; é determinada pela existência prévia de um certo número de operações efetivas que talvez não tenham sido feitas por um único e mesmo indivíduo (o que fala no momento), mas que pertencem, de direito, ao sujeito enunciante e que estão à sua disposição, podendo ser por ele retomadas quando necessário (ibidem, p. 106).

Para negar que o autor seja sujeito do enunciado, Foucault sustenta a sua tese com base na relação do enunciado e a rede no qual o sujeito encontra-se inserido. Têm-se um “conjunto finito de enunciados” cuja posição do sujeito é assumida por uma “série de acontecimentos enunciativos” antecedentes a formulação de relações temporais que manifestam a existência de enunciados anteriores e, inclusive, de “um certo número de operações efetivas” que, no nível das formulações já-estabelecidas, estão à disposição para o funcionamento da posição sujeito. Ora, o que Foucault destaca é que, de acordo com o desempenho do sujeito na função enunciativa, têm-se o posicionamento já estabelecidos e intercambiáveis entre os enunciados realizados e os que ainda estão em via de produção.

Foucault, por sua vez, compreende o sujeito como um “lugar vazio” em que:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase: não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao

longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (FOUCAULT, 2008, p. 107).

Supracitar as regras de existência do sujeito no desempenho da função enunciativa não é tentar recortar ou partir para a descrição das relações estabelecidas entre o sujeito empírico e as condições de produção. Segundo Foucault, é a própria relação entre a prática do discurso atrelada a produção de enunciados que realiza as possibilidades de manifestação, sobretudo o aparecimento das diversas posições sujeito. Nesse sentido, são os posicionamentos do sujeito que podem se manter ou mudar, de acordo com as determinações históricas às quais estão submetidas.

Além disso, Foucault coloca em voga as relações dos enunciados com o domínio associado. A diferença estabelecida pelo autor entre frase e proposição podem ser quando não compreendidas, decodificadas. O estabelecimento de relações entre elas e um domínio de outras frases e proposições em que estejam inclusas o enunciado, exige para seu desempenho um contexto para que seja produzido.

Para Foucault, o contexto de produção ou de condições para a produção do enunciado condiciona o aparecimento e as relações de significação que lhe são permitidas no domínio exterior. Contudo, Foucault nessa conjectura associa a presença de todos os enunciados que cercam o desempenho da função enunciativa, sendo “[...] um enunciado que tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (p. 110). Segundo o autor, são essas margens que não podem ser confundidas com o texto:

Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto de elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido. E elas dele se distinguem na medida em que o tornam possível: a relação contextual não é a mesma entre uma frase e as que a envolvem, caso se trate de um romance ou de um tratado de física; não será a mesma entre uma formulação e o meio objetivo, caso se trate de uma conversa ou de um relatório de experiência (ibidem, p. 110).

Segundo a concepção foucaultiana, mediante a essas margens dos enunciados que, além de definir suas funções de existência, estabelecem aquilo que se entende por contexto (“conjunto de elementos de situação ou de linguagem”). A partir dessa citação, faz-se necessário mensurar que o campo ou domínio associado que integra

a função enunciativa não existe na relação pragmática entre o enunciado e uma situação verdadeira de enunciação, porém, fomenta aspectos constitutivos para a própria enunciação, sobretudo para o contexto, uma vez que define regras históricas para a constituição desse contexto imediato e dos enunciados visto a partir dele.

Vale ressaltar que, para o autor, o campo não está relacionado a uma memória inscrita no intelecto do sujeito como se fora um dispositivo de textos para serem utilizados em determinada situação. Para Foucault,

conforme faça parte de uma narração ou comande uma demonstração –, o modo de presença dos outros enunciados na consciência do sujeito não será o mesmo; não é nem o mesmo nível, nem a mesma forma de experiência linguística, de memória verbal, de evocação do já dito que são utilizadas (p. 110).

O enunciado está margeado por outros enunciados, de modo a estabelecer uma dependente relação cuja existência de um enunciado e de outros que sejam anteriores. Foucault oferece a seguinte definição para o campo associado:

[...] Ele [o campo associado] é constituído, de início, pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento [...]. É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...]. É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica [...]. É constituído, finalmente, pelo conjunto de formulação cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro [...]. Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular (p. 111).

Tal definição delineada por Foucault sobre o campo associado pode ser organizada do seguinte modo: o campo se instaura mediante as relações entre o enunciado e (a) uma rede de outras formulações cujo enunciado é inscrito, (b) têm-se uma rede formulações em que o enunciado se refere, (c) uma rede de formulações

promulgadas pela própria existência do enunciado e (d) uma rede de formulações que surge na própria coexistência de outro enunciado. Dado o exposto dessas relações, Foucault reitera que o enunciado é configurado como elemento singular, o que faz com que o fenômeno de irrupção do enunciado seja análogo à irrupção de um acontecimento do discurso, algo justificável, inclusive, pelo uso do termo *acontecimento enunciativo*. Na descrição do campo associado, têm-se, então, um grupo de enunciados que possui relação direta com um enunciado em voga, grupo este formado por (a) e (b); um grupo de enunciados que está elidido das margens deste enunciado, mas que coexiste à sua existência, formado por (d); e o último grupo de enunciados que terá seu surgimento ao próprio surgimento deste singular enunciado, grupo (c).

Por fim, a última característica sobre o desempenho da função enunciativa concerne na materialidade. Foucault, ao explicitá-la, refere-se à existência dos enunciados e sua aparição em distintos gêneros textuais. A materialidade do enunciado, por sua vez, é o que lhe confere determinado estatuto na rede dos enunciados formulados e que, por conseguinte, constitui parte do desempenho do enunciado:

Composta das mesmas palavras, carregada exatamente do mesmo sentido, mantida em sua identidade sintática e semântica, uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos (p. 113).

Nota-se que, segundo o autor, a prática social subjacente a enunciação define as superfícies de desenvolvimento dos enunciados, uma vez que a materialidade enunciativa é condicionada a um estatuto cujo enunciado se manifesta em uma rede. A materialidade é uma propriedade que opera nas relações entre sentido e história, ou seja, a materialidade é o âmbito de inscrição histórica. Segundo Foucault, “[...] a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um status de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão” (p.115). Nesse viés, não é o aspecto da existência que determina o desempenho do enunciado, mas sim o conjunto de regras que fomenta estatuto e valor à própria

materialidade. É como se Foucault quisesse evidenciar que as formas materializadas que efetivam a inscrição dos enunciados em superfícies linguísticas estão no marco da história: “O regime de materialidade a que obedecem aos enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço temporal” (p. 116).

Foucault procura mostrar o funcionamento mais elementar dos “núcleos do discurso” em relação a descrição do enunciado. Faz-se necessário, contudo, ressaltar que o autor se ocupou de grandes descrições arqueológicas, nos quais demandaram períodos longos. No entanto, o desafio que se manifesta na presente dissertação é outro, distante da pretensão em analisar longos períodos históricos, pretende-se mostrar a função enunciativa cujas séries são menores e, nesse intuito, levantar problemas da ordem da significação: como se dá a construção do objeto de discurso, de modo a observar a relação e a construção enunciativa que o sujeito estabelece com as instâncias que circulam os seus discursos.

3.6. Uma síntese da leitura dos conceitos foucaultianos

As diretrizes da pesquisa abordada pela arqueologia do saber apontam para o objeto ou domínio, mas sobretudo ao ponto da perspectiva e de delimitação. A arqueologia, por sua vez, tem por objetivo descrever a constituição do campo, de modo a compreendê-lo como uma rede constituída na interrelação dos diversos saberes presentes. E é exatamente nesta rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidades para o discurso emergir. Nesse tipo de pesquisa, segundo os preceitos arqueológicos, não são observadas unidades linguísticas, frases, preposições, estruturas, semânticas, mas sim as práticas discursivas cujos enunciados e produções de verdades estão imbricadas nas relações de poderio. Ora, nesse viés, percebe-se um empreendimento puramente descritivo dos acontecimentos discursivos, e são eles que produzem o objeto sobre o qual enunciam.

Para além da descrição dos enunciados, faz-se necessário analisar as condições sobre os quais os discursos emergem, os diferentes domínios e a maneira pela qual se articulam. Analisar um campo discursivo, sobretudo o campo institucional acadêmico em voga, é fundamental para a compreensão do enunciado enquanto atrelado à singularidade de seu acontecimento; assim, elidem outras formas

enunciativas enquanto localizam-se suas condições de existência, limites e correlações com os outros enunciados.

Segundo Foucault (1997), as práticas discursivas não se configuram como modo de fabricar discursos, mas sim como práticas que “[...] ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm” (p.12).

Foucault percorre pela descrição de saberes, não ciências ou disciplinas, pois valora as relações heterogêneas que, associadas às práticas discursivas, estruturam a distribuição dos saberes que são ligadas de modo lógico e causal aos acontecimentos por um fio condutor sistêmico. O caráter singular da descrição arqueológica faz com que os termos “discurso”, “prática discursiva”, e, sobretudo “saber” apresentem dimensões específicas na obra foucaultiana, uma vez que persiste na emergência dos saberes que definem objetos próprios. Embora Foucault tenha se dedicado sobre os saberes associados à medicina, têm-se a relação entre os saberes e as instituições políticas, religiosas, acadêmicas etc. Essas práticas institucionais não integradas aos campos dos saberes e das formações discursivas são denominadas por Foucault como práticas não discursivas. Compreende-se, portanto, que as práticas não discursivas são aquelas atreladas à política, religião, economia, literatura, cultura, ou seja, às instituições de modo geral e às práticas cotidianas. Em contrapartida, durante a obra *A Arqueologia do Saber*, configura-se às práticas discursivas como subjacentes à produção de saberes, sobretudo à busca incessante pela vontade de verdade.

Nota-se que discurso e saber possuem uma relação intrínseca, cabendo, no entanto, a validade do método arqueológico para a análise discursiva, mas ora, vale salientar que, segundo a perspectiva foucaultiana, uma vez que discurso e saber estejam justapostos, a análise proveniente dos discursos cujos domínios ou campos possam ser políticos, religiosos, literários, entre outros, não se configuram como relação de conhecimento. Para Foucault:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). [...] Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se

questiona o que pôde motivá-lo (esta é uma pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos: procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 2008, p. 182-183).

Compreende-se, portanto, que as práticas consideradas como não discursivas são imbricadas com à política, religião, cultura, literatura, arte, economia, ou seja, às instituições em geral e às práticas cotidianas. Em contrapartida, as práticas discursivas, pelo exposto na obra *A Arqueologia do Saber*, assumem uma posição subjacente à produção de saberes. O método discursivo se ancora na análise do funcionamento dos discursos constituintes das ciências, ou seja, na abordagem de atos discursivos cujos enunciados regidos por práticas discursivas que produzem, mantêm ou transformam os saberes, além de manifestar uma incessante ‘vontade de verdade’.

Segundo as ponderações de Foucault, embora discurso e saber (ou conhecimento), possam apresentar relação intrínseca, cabe-nos indagar a validade do método arqueológico para a análise discursiva que, tomados sob o olhar arqueológico foucaultiano, não seriam denominados de *discursos*: os discursos da política, da religião, da literatura e da mídia. No entanto, o método pode ser utilizado para a análise desses domínios ou campos, pois se trata de enunciados que, mesmo conservando relações estreitas com as práticas discursivas, não se configuram como saberes absolutos.

Na *Arqueologia*, saber e verdade estão associados à produção do conhecimento, ou seja, como esse saber é construído e qual é a ponte que o direciona a ser clamada como verdade. Partindo de uma premissa metodológica, isso implicaria, para o analista, se valer das concepções de saber e verdade foucaultianos apenas quando da análise dos relacionamentos entre os discursos das ciências (mas também em vias de se tornarem científicos) e os demais domínios, aqueles que Foucault chama de não discursivos.

Ora, mediante a *Arqueologia*, percebe-se que nem todo campo discursivo é um produtor do saber, tal como pintar, desenhar, contar histórias, pois algumas práticas são específicas, e não de forma generalizada como tem sido feita no âmbito dos campos culturais como um todo. Foucault, em seus trabalhos, evidencia os saberes

que se constituem nas instâncias dos acontecimentos relacionados ao surgimento das psicopatologias, sobretudo a formação dos saberes em relação à medicina. O autor sempre estabelece uma relação entre saber e ciência, embora não assevere que a descrição arqueológica seja a descrição científica, isso para que não se confunda a arqueologia do saber com a história das ideias. Mas a questão é que tais análises são todas evocadas n'*A Arqueologia do Saber*, o que nos direciona a considerar o saber como o (pré)científico e a verdade como produção do conhecimento, uma vez que Foucault se apoia nessas suas pesquisas com o intuito de construir o método arqueológico.

Atento ao aspecto de construção dos saberes, aqueles que advém do construto de uma cientificidade, podemos concluir que se trata, sobretudo, de compreender a formação discursiva quanto à sua condição de sistema dispersos de saberes, ou seja, um conjunto de regras de formação histórica dos saberes, como são construídos, como se tornam verdades, como se dá a relação de veracidade sobre aquele que está construindo enunciados sobre algo ou sobre um outro, por que configuro ao enunciador a verdade e o considero como um saber.

Tal é a insistência nos saberes (esses ligados a algo que vem a constituir uma cientificidade) que podemos concluir, como temos dito, que se trata também de entender a formação discursiva na condição de sistema disperso *de saberes*, ou seja, um conjunto de regras de formação histórica *dos saberes*. Notemos que mesmo as direções de Foucault sobre o delineamento de uma formação discursiva nos garantem a definição de um campo de cientificidade: objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas e teorias estão todos relacionados à composição de uma ordem de saberes bem específicos.

Inicialmente, se trata de expor que Foucault não fala de quaisquer saberes, mas sim de saberes estritamente relacionados ao campo da ciência, ou seja, de saberes que se configuram por anseio de veracidade, de objetos construídos na intenção de verdade. Ao associar essas discussões assumindo o papel de analista trabalhando na perspectiva foucaultiana, não poderiam ficar à mercê tais aspectos conceituais e em consonância sem uma discussão prévia que apontasse todas as considerações que devem ser explanadas principalmente por lidar com discursos de campos institucionais como objetos de análise.

Na incumbência arqueológica, tornam-se fulcrais três categorias ou conceitos para à constituição do dispositivo de análise, sendo o enunciado, acontecimento

discursivo e a série enunciativa. No que diz respeito ao conceito de enunciado, para Foucault, refere-se ao desempenho de uma função de existência, sobre a qual perpassa desde as relações do enunciado com seu referencial e com as modalidades enunciativas que nele operam até a identificação do domínio de outros enunciados em que se insere e a análise do estatuto de sua materialidade como signo de sua existência.

O acontecimento discursivo, por sua vez, atrela-se à regularidade do enunciado em sua relação com o arquivo, uma vez que para Foucault, é necessário o reconhecimento da singularidade de cada enunciado como um acontecimento discursivo. Ou seja, segundo o autor:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (2008, p. 31-2).

Faz-se necessário ressaltar os aspectos encontrados por Foucault sobre a função de acontecimentos exercida pelos enunciados; inicialmente, têm-se o enunciado como acontecimento pela sua materialização, no qual a materialidade é indício da função de acontecimentos do enunciado; o enunciado instaura-se como acontecimento porque se instaura memória, para além do real da língua que é reiterado no momento de sua aparição; conseqüentemente, o enunciado, ao mesmo tempo em que é único, pode reaparecer em outras enunciações; e, por fim, o enunciado está imbricado a uma cadeia enunciativa ou, com base na terminologia foucaultiana, a um domínio de coexistência, em que mantém relação com outros enunciados.

Para Foucault, não é porque o enunciado é considerado acontecimento único que deve ser categorizado como original, ou seja, têm-se a propriedade singular do enunciado e à oposição quanto a sua originalidade no sentido de que funda memória miraculosamente. O enunciado é singular, mas regular, podendo até modificar à

memória, mas sempre estará ancorado nela. Em relação à originalidade oposta ao acontecimento, Foucault aborda que:

Temos de tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência (2008, p. 165).

A descrição do acontecimento não está relacionada com a tentativa de avaliar e selecionar os acontecimentos mais “significantes”, como aqueles que traduzem grandes revoluções ou mudanças históricas, isto é, o acontecimento que marca o ponto da “origem”. Cada enunciado é caracterizado por sua singularidade e sua relação com a história. O acontecimento, por sua vez, é novo e velho ao mesmo tempo, de modo a se constituir sempre com base no já-estabelecido e nem todo acontecimento possui o mesmo estatuto diante dos enunciados que o cerceiam.

A postura metodológica aqui assumida no presente capítulo, incide sobre duas atitudes: na primeira, observa-se que não se pode analisar uma série de enunciados visando definir continuidade em que estes se instalam, de modo que haveria um acontecimento original em que se baseariam; a segunda delas, na mesma diretriz, diz respeito ao fato de que os acontecimentos também não podem ser analisados somente com base na sua singularidade, mas sobretudo na relação de coexistência com outros acontecimentos. Nesse sentido, à análise arqueológica, ou seja, descrever o acontecimento discursivo vai tentar constituir essas *séries enunciativas*: mas não de forma a encontrar uma unidade que as inspira, senão as relações que as mantêm dispersas e, no entanto, regulares. A pergunta diante de um enunciado seria: uma vez que a constituição discursiva não ocorre somente mediante à seleção de objetos definidos, a priori, do uso da linguagem, mas sim durante o desenvolvimento da atividade discursiva, como emergem os objetos a que o próprio discurso remete?

Tal concepção permite selecionar o material de análise segundo o que regem os enunciados considerados acadêmicos a partir do recorte já realizado pelo tema e objetivos da pesquisa. Se, de um modo geral, a análise enunciativa permitirá a definição da modalidade enunciativa em que os objetos são construídos, a seleção de enunciados acadêmicos será, especificamente, o ponto que recobrirá o passo

fundamental para se reconhecer a possibilidade de construção do objeto, visto que o enunciado se situa justamente na base da árvore de derivação enunciativa. Apostar no método arqueológico se dá pela possibilidade de flagrar o funcionamento dos enunciados – tomados em sua dimensão semiológica e, também regular – a partir de sua construção para se dizer sobre o desempenho da função enunciativa.

4. CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS

4.1. A concepção que fundamenta o desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa é qualitativa, uma vez que, com base em Esteban (2010), pode ser configurada como um conjunto sistemático de atividades interpretativas que têm como principal foco a construção e compreensão de fenômenos educativos e sociais. Nesse sentido, é característica fundamental, na construção das análises e reflexões teóricas, que se leve em consideração o contexto de produção da pesquisa. Ou seja, isso significa que será dada "[...] especial atenção à forma de maneira conjunta no processo de desenvolvimento do conhecimento (interpretação), na linguagem e na narrativa (formas de apresentação) e impregnam a produção dos textos (autoridade, legitimidade)" (ESTEBAN, 2010, p.130).

De acordo com essa concepção de qualitativo, esta pesquisa tem objetivos descritivos e interpretativos, uma vez que, conforme os objetivos propostos, trata-se de descrever as práticas de escrita que sujeitos em formação acadêmica desenvolvem na produção dos relatórios de estágio, discutir os resultados dessas atividades de linguagem e avaliar as práticas (materializadas nas formas de produção escrita) observadas. Para isso, em consonância com o caráter qualitativo têm-se a possibilidade de relação com a metodologia da análise arqueológica assumida por Foucault. As práticas de escrita, por sua vez, atrelam-se à concepção das práticas discursivas, ou seja, na análise de um conjunto de enunciados inseridos em um campo discursivo institucional regido por um sistema de regras. A análise dos enunciados não pretende ser uma pormenorizada da “linguagem” ou de “o que foi dito” e “descrever um enunciado”, mas sim (...) definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica (Foucault, 1995, p. 125).

4.2. A construção do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é formado por produções escritas retiradas de dois projetos de pesquisas desenvolvidos na Universidade Federal do Triângulo Mineiro,

nas áreas de Medicina e Educação. A coleta das produções foram orientadas a partir dos objetivos desses dois projetos maiores.

O primeiro projeto, *“Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile: formação na universidade contemporânea e (re)produção de conhecimento”* (CNPq, 427044/ 2018-9), tem como objetivo analisar a leitura e a escrita acadêmica de alunos de diferentes áreas, inseridos em contextos culturais diversos. O projeto teve vigência estabelecida no período de 03/2019 a 02/2022. Neste projeto foram analisadas a leitura e a escrita acadêmica de alunos de diferentes áreas do conhecimento, sendo Filosofia, Geografia, Matemática, Medicina e Letras. Dentre as treze instituições envolvidas no projeto, fora escolhida o Curso de Letras e Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Para a composição do corpus de pesquisa desse primeiro projeto, foi composto um banco de produções escritas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM – CAEE 6 5863517.4.0000.5154. Com isso, quando os dados resultaram da escrita de textos para conclusão de disciplinas, os alunos foram informados sobre a pesquisa e convidados a assinar o TLCE – termo de livre consentimento esclarecido. As demais produções, consideradas produções bibliográficas já publicadas (TCC, artigos publicados em periódicos, dissertações), não exigiram esse cuidado.

Foram recolhidas um total de 563 produções (divididas entre trabalhos de conclusão de cursos, relatórios de estágio, artigos para conclusão de disciplinas, dissertações de mestrado). Esse material permitiu a construção do banco de textos do projeto. Esse banco de textos está compartilhado entre todos os integrantes da equipe. A partir do banco de textos, as equipes foram orientadas a selecionar produções que, ao ser analisadas, respondessem aos objetivos do projeto e/ou da pesquisa vinculada a ele, como é o caso desta pesquisa para escrita da dissertação.

O segundo projeto, também aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM – CEP: 2308, por sua vez, teve como tema a *“Implantação da Educação à Distância no Internato de Clínica Médica da UFTM”*, e vigência estabelecida no período de 2012 a 2016. O objetivo foi instaurar na plataforma Moodle um espaço de ensino a partir da discussão de casos de pessoas adultas com queixas atendidas no âmbito da clínica médica, nos três níveis de atenção à saúde. Assim, através do projeto realizou-se um diagnóstico sobre a demanda de atendimento de Clínica

Médica realizado por internos / estagiários nas unidades de saúde do município de Uberaba – MG, nos três níveis de atenção; a partir da demanda identificado, os casos clínicos simulados foram debatidos via Plataforma Moodle a fim de estimular os internos de medicina a usarem a ferramenta virtual em prol de discussão de casos clínicos vivenciados por eles. Tal projeto contribuiu para a implantação dos protocolos de atendimento de casos de Clínica Médica ocorridos no SUS de Uberaba.

Mediante a Plataforma Moodle foi criado um espaço virtual para fóruns de discussão de casos clínicos de doentes adultos, assim, os espaços foram separados conforme o período de formação do estagiário no internato, sendo 9º e 10º período. Nesses espaços foram discutidos pelos alunos os casos simulados de Infectologia e Neurologia, pertencentes aos três níveis de atenção. As especialidades selecionadas correspondem aos estágios iniciais do internato, e durante os 30 dias de estágio houve a pretensão em discutir um caso clínico por semana em de acordo com a devolutiva de um docente em relação as percepções postadas. Uma outra intervenção específica foi realizada com os alunos do 11º período mediante ao estágio de Saúde Coletiva (atenção primária), na qual os estudantes durante a participação das ações de saúde junto à rede básica inseriam semanalmente na plataforma Moodle um portfólio reflexivo sobre suas impressões para discussão virtual junto aos docentes. Assim, os textos postados pelos alunos no Moodle durante essa fase da intervenção foram o objeto da análise.

4.2.1. Os relatórios do curso de Letras

Os relatórios do curso de Letras, conforme já dito, fazem parte do banco de textos do projeto intitulado “*Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile: formação na universidade contemporânea e (re)produção de conhecimento*”.

Nesse banco, estão disponíveis 18 (dezoito) relatórios de estágio supervisionado de Língua Portuguesa produzidos no ano de 2018. Dentre esses, foram selecionados 10 (dez) produções que, por sua forma de construção, são representativas dos modos como os alunos, de modo geral, constroem o seu objeto discursivo sobre a figura do professor que está sendo observado, ou seja, interessa, o modo de dizer do estagiário sobre o professor. Assim, essas produções foram

escolhidas devido à exigência para que o seu produtor registrasse e atestasse o conhecimento adquirido após a observação das aulas de um professor da educação básica. São relatórios produzidos para conclusão de disciplinas de Estágio Supervisionado.

Mediante as análises desse material, o que se buscou foi produzir uma reflexão, a partir de dados concretos, sobre como se dá a construção do objeto de discurso pelo estagiário de Letras, que observa o professor da educação básica,

Quanto a identificação, os relatórios da área de Letras serão identificados por uma combinação de letras e números: R1, R2, R3... (a letra R e os números identificam os relatórios) e L (indica a área). Sendo, R1L deve ser lido como: relatório número 1 da área de Letras.

4.2.2. Os relatórios do curso de Medicina

O projeto “*Implantação da Educação à Distância no Internato de Clínica Médica da UFTM*”, cujo estudo foi o de avaliar a percepção dos estudantes sobre a inclusão de estratégias de ensino-aprendizagem em um ambiente virtual *Moodle*.

O uso do *portfólio* reflexivo na plataforma *Moodle* durante o estágio de Saúde Coletiva visa à atenção primária, ou seja, o cuidado das pessoas, em vez de apenas tratar doenças ou condições específicas. Assim sendo, dentre as 29 produções disponibilizados no banco de dados do Projeto, foram selecionadas dez produções significativas pelo modo dos objetos de discurso na relação entre estudante e paciente. Para isso, os textos que compõe o corpus são identificados por uma combinação de letras e números. Quanto a identificação, os relatórios da área de Medicina serão identificados por uma combinação de letras e números: R1, R2, R3... (a letra R e os números identificam os relatórios) e M (indica a área). Sendo, R1M deve ser lido como: relatório número 1 da área de Medicina.

4.2.3. O objeto de análise

Uma vez que a pesquisa tem como cunho teórico as concepções foucaultianas, as análises realizadas serão baseadas nas modalidades enunciativas segundo a

perspectiva de Foucault. A mobilização das concepções do autor se atrela à prática de escrita dos relatórios de estágio supervisionado produzidos na universidade, ou seja, trata-se de um campo discursivo acadêmico contemporâneo. Nesse sentido, a modalidade enunciativa tem relação com a posição que o sujeito assume dentro do âmbito acadêmico. Ora, percebe-se, portanto, que há um modo de dizer, como dizer e sobre o que dizer dentro do campo discursivo e formas discursivas provenientes do campo universitário; e é mediante a modalidade enunciativa que se configura o modo de escrita sobre como a figura do professor é construída por esse futuro professor ainda inserido no campo discursivo universitário e a relação do estudante de medicina com o paciente. Embora ambos atuem em lugares distintos (consultórios-hospitais-clínicas), sua manifestação escrita está atrelada à universidade. Ou seja, dois estagiários de áreas diferentes, provenientes do mesmo campo discursivo (universitário), estagiando em escolas ou unidades de saúde (fora da universidade), cujas modalidades enunciativas para com a escrita serão mobilizadas, sobretudo produzidas dentro da universidade e para a universidade.

É nesse viés que se faz necessário ancorar à análise na teoria exposta na seção *Conceitos Foucaultianos* e não tê-la como mera abordagem para cumprir requisito da construção da dissertação, mas sim aplicá-la tendo em vista o objetivo da dissertação, que é analisar o modo como são construídos os objetos discursivos dos relatórios de estágio supervisionado e descrever os regimes de verdade emergentes de uma formação discursiva no campo institucional. Considerando os discursos que são produzidos dentro dos espaços institucionais, concebidos por Foucault como campos enunciativos, estes possuem regras, formas de dizer e controles que permitem a emergência ou não de determinados discursos. O estagiário, doravante sujeito, ao ocupar uma posição institucional passa a produzir enunciados característicos ao campo inserido, de modo a se privar de plena manifestação, uma vez que o seu ato enunciativo pode não ser aceito. O poder, portanto, passa a ser protagonista dessa relação dialógica entre poder e saber existentes dentro do campo discursivo e na função enunciativa, ou seja, enunciar de um modo no qual serei aceito perante o outro (professor) que possui o poder e o saber e, desse modo, devo selecionar ou elidir enunciados.

O sujeito discursivo passa a ser um sujeito social estabelecido em um espaço coletivo. Configura-se em um ser sujeito não centralizado em sua individualidade, em

um eu individualizado, cuja existência possa se tornar neutra em um âmbito social e ideológico, pois a voz desse sujeito, sobretudo à escrita revela seu lugar social. E é esse sujeito inserido em um campo discursivo que mobiliza os discursos que se tornam dispersos e ganham materialidade mediante aos objetos que surgem em um espaço comum e propicia o surgimento de uma formação discursiva. Para Foucault, as práticas discursivas são um conjunto de regras, sendo necessário:

Não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos e designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, p. 56)

Ao analisar, sobretudo descrever essas relações discursivas, deve ter como foco as regras que possibilitam a formação dos discursos sobre o objeto e é nessa relação da produção de enunciados que configuram o modo normativo da formação discursiva. Tendo em vista os enunciados produzidos dentro de uma formação discursiva, é que se pretende analisar o *corpus* da dissertação, uma vez que, mediante a essas formações, estão imbricados os modos enunciativos sobre os objetos, as regras que ordenam, elidem, orientam e as estratégias usadas. Assim sendo, interessa discutir como as modalidades enunciativas são construídas partindo da premissa que o campo discursivo (universidade) e a escrita dos relatórios de estágio supervisionado encontram-se subjacentes às regras que direcionam a emergência de uma formação discursiva sobre o construto da relação professor (atrelado ao estágio de Letras) e ao paciente (atrelado ao curso de Medicina). Ou seja, com o emergir das modalidades enunciativas surgem às regularidades e os modos que permitem enunciar de uma forma e não de outra sobre o objeto, “descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade”. (FOUCAULT, p. 52)

Ao considerar que os objetos configuram as modalidades enunciativas, tais como a dedução, narração, interpretação, raciocínios realizados sobre um objeto, formas descritivas qualitativas, entre outros tipos de enunciados. É, sobretudo, nesse viés das modalidades enunciativas que Foucault aborda sobre o funcionamento, como por exemplo, quem está autorizado a falar e sobretudo quem é autorizado a produzir

determinadas modalidades e não outras? Tais questionamentos estão atrelados à posição que o sujeito ocupa enquanto produtor do discurso e não como um sujeito assujeitado, ou seja, na análise, considera-se o lugar institucional ocupado e, conseqüentemente, os enunciados que se produzem dentro desse campo discursivo e que são autorizados, levando-o ao binômio poder e saber que direciona a construção enunciativa para que faça uso das modalidades consideradas aceitas, à priori.

Nesse sentido, partindo da premissa que se trata de modalidades enunciativas cujo contexto de produção é o acadêmico, a hipótese é de que mediante à escrita dos relatórios de estágio é possível analisar como ocorre a construção das modalidades enunciativas e como esse sujeito instaurado no campo discursivo se constitui em um produtor de conhecimento. Analisar as modalidades enunciativas é um ponto norteador para o que Foucault considera como autoridade sobre o posicionamento do sujeito em determinado campo discursivo. Cada campo, por sua vez, apresenta formas singulares de coexistência conceitual, tal como o campo da presença, que diz respeito aos enunciados tidos como verdadeiros, rejeitados, criticados e elididos; e o campo da concomitância que emerge mediante aos enunciados de outros discursos, mas que tem relação com os enunciados dos discursos analisados. Por fim, têm-se o campo atrelado à memória, cuja discussão não está em voga, mas formam a continuidade e descontinuidade histórica; ou seja, percebe-se que há várias formas de organização e relações entre os enunciados.

A análise aqui assumida resulta no modo como a palavra escrita é trabalhada em um determinado campo discursivo (universidade), como são agrupadas, seriadas e construídas enunciativamente, partindo do pressuposto que o discurso é regido por normas constitutivas que refletem na posição assumida em relação ao objeto.

Em suma, no que diz respeito à análise, como se trata de uma pesquisa ancorada na concepção discursiva da linguagem, não serão priorizadas, embora consideradas, nas análises, características “textuais” ou “formais” que perfazem um “bom relatório de estágio” por si só, mas discutiremos traços que apontem para uma relação produtiva do sujeito com as instâncias às quais ele se dirige em seu texto e com aquilo que é tomado como objeto de seu discurso. Nesse sentido, será também analisado como um enunciado se constitui enquanto portador de um conhecimento do sujeito que o produziu. Ou seja, a escrita analisada será concebida como um percurso de inscrição em um discurso disciplinar, de tal maneira que o futuro professor e o

futuro médico: a) passe a tratar suas ações e os temas próprios de sua profissão de forma “não corriqueira”, submetendo sua experiência às condições de interpretação dadas por uma ou outra disciplina e afastando-se do senso comum; b) seus enunciados, inscrevendo-se em um campo disciplinar, ganhem a possibilidade de entrar em um “estoque” de saber, em uma rede na qual passam a significar-se (corroborar, opor, exemplificar etc.) em relação a outros enunciados; c) como a articulação enunciativa direciona para existência de uma forma de manusear os conceitos a partir também da existência das modalidades enunciativas que caracterizam a escrita dessas produções.

4. CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSOS NOS RELATÓRIOS

No presente capítulo, têm-se a análise sobre os relatórios de estágios de duas áreas do conhecimento, o Curso de Letras e o Curso de Medicina. Ou seja, como em ambas as áreas são construídos os objetos do discurso ao que tange à figura do professor e do paciente e como os elos enunciativos dizem respeito as regularidades do discurso, ou seja, as formações discursivas constituídas dentro do campo discursivo institucional emergem de uma determinada regularidade e como são modalizadas segundo a perspectiva foucaultiana.

5.1. Analisando os relatórios do Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Considerando o termo arqueologia utilizado por Foucault no qual se refere ao processo de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos, o que está em pauta na presente pesquisa é a busca sobre como ocorre as modalizações sobre o objeto professor. Nesse sentido, assume-se a concepção em que os objetos de discurso não preexistem prontamente à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos que enunciam. Para isso, trata-se de descrever as práticas de escrita de modo descritivo e interpretativo, cujos sujeitos em formação acadêmica desenvolvem na produção dos relatórios de estágio, discutir os resultados dessas atividades de linguagem e avaliar as construções dos objetos (materializados nas formas de produção escrita) observadas.

Investigar a docência é de suma importância para compreender o professor e suas práticas de ensino. O relatório de estágio, por sua vez, contribui nesse aspecto, cuja materialidade discursiva permite identificar e analisar sentidos produzidos mediante as modalidades enunciativas. Ou seja, quem fala, quem está autorizado a usar determinadas modalidades em detrimento de outras para se referir a esse objeto: professor. Considerando a modalidade dissertativa-argumentativa dos relatórios, o ato de dissertar se configura na exposição do que está sendo observado, a argumentação, por sua vez, é uma atividade inerente constitutiva da linguagem.

Assim, nos valem da linguagem não só para transmitir informações ou ideias, mas também para convencer, firmar exemplos, almejar efeitos, provocar mudanças, modificar comportamentos, reforçar valores, despertar desejos e sensações, construir imagens, isto é, a linguagem verbal não é apenas um fazer saber, mas também um fazer crer, convencer, persuadir. A linguagem é, portanto, um instrumento de ação sobre o outro. Nesse sentido, podemos dizer que a linguagem é, além de argumentativa, subjetiva, no sentido de que ela põe em jogo subjetividades que desejam fazer valer seus pontos de vista. Para o estudo das marcas linguísticas de argumentação, destacamos ainda os índices modalizadores; conforme ensina Koch (2002, p 73) “as modalidades revelam a atitude do falante perante o enunciador que produz”. Complementando, segundo Cabral (2000, p.42), “o termo modalização refere-se a expressão da aproximação ou do distanciamento do locutor frente ao conteúdo de seu enunciado, atestando seu grau de adesão a ele”. Desse modo, a modalização determina a presença, o envolvimento do enunciador e o grau de envolvimento expresso no próprio discurso; ou seja, é a marca deixada pelo sujeito no discurso.

A descrição do estagiário em relação ao professor é recorrente e a sua turma é descrita como indisciplinada, agitada, acalorada e bagunceira, como podemos observar nos fragmentos abaixo:

Através do diagnóstico, a professora declarou ter um bom relacionamento com os alunos e que seu método quanto a indisciplinados dos alunos varia entre orientá-los e enchê-los de atividades. [R1L]

A professora pacientemente tenta acalmar uma sala bagunceira, sendo que acabaram de chegar do recreio e por isso, estão bastante agitados. [R2L]

Apesar de avaliarmos a professora como uma profissional que possui experiência suficiente para controlar uma turma acalorada, nesse dia ela se mostrou irritada várias vezes. [R3L]

Observa-se que nos fragmentos os estagiários descrevem as salas e, conseqüentemente os alunos, ou seja, associa-se a imagem da professora a sua turma que ora é indisciplinada, bagunceira, agitada e até mesmo acalorada. O uso

linguístico da palavra “indisciplina” tende a remontar a ideia da disciplina cuja responsabilidade em disciplinar uma turma é atrelada ao professor. Vale ressaltar que a indisciplina é definida como procedimento, ato ou dito contrário à disciplina, desobediência, desordem, rebelião (FERREIRA, 2016). Castro (2010) conceitua a indisciplina como sujeita as múltiplas interpretações, sendo que o sujeito indisciplinado “é, em princípio, alguém que possui um comportamento desviante em relação a uma norma, explícita ou implícita, sancionada em termos escolares e sociais”. Ou seja, constrói-se a imagem de professores que precisam disciplinar, mesmo “tendo bom relacionamento com alunos”, “sendo uma profissional que possui experiência suficiente” ou “pacientemente”; as normas disciplinares são mais utilizadas com a finalidade de tentar resolver problemas com o comportamento dos alunos ao invés de promover práticas de vivências democráticas entre professor-aluno, dando mais ênfase ao resultado do que ao processo.

As descrições genéricas não permitem a compreensão de quais são as condutas de indisciplinas, como seria uma sala acalorada ou o que fazem para serem bagunceiros, sobretudo a professora que enfrenta a indisciplina, mas ainda possui bom relacionamento com os alunos fica genérico; e, ora, se o estagiário tece a figura desse bom relacionamento da professora, logo desconstrói ao relatar as atividades em excesso pela indisciplina. Vale lembrar que a indisciplina escolar não tem nacionalidade, endereço ou classe social. Há décadas o problema da indisciplina escolar vem tomando novas e preocupantes proporções e não podemos associá-la somente ao professor como figura que tende a discipliná-los.

A disciplina e a indisciplina não podem ser categorizadas como lineares e estáticas, uma vez que não são exclusivamente reações comportamentais que ocorrem mecanicamente por índole de um aluno em particular. O comportamento indisciplinado pode estar dando sinais de que insatisfações estão sendo produzidas no âmbito da instituição escolar ainda que sejam manifestações individuais. Nesse viés não cabe a interpretação de que o comportamento indisciplinado de um aluno ou sala associa-se apenas aos aspectos subjetivos de um aluno em particular ou que a indisciplina que, em geral, se observa na escola é resultante da qualidade do ensino, sobretudo do professor.

Posteriormente, ao objeto professor é atribuído o uso constante do livro didático, conforme podemos observar nos excertos abaixo:

A própria professora também declarou não gostar dos livros didáticos, mas os utiliza pois facilita sua vida, o que foi possível perceber ser realmente ser a realidade em sala de aula. [R4L]

Na maioria das aulas a professora se pautou quase que exclusivamente no livro didático e, inclusive, quando mencionei sobre esse assunto, ela confirmou que segue, e que continuaria seguindo, o livro didático. [R5L]

Enfim, observei que a professora não se preocupa em contribuir para a formação de indivíduos pensantes, criativos, que desenvolvam seus conhecimentos construindo respostas além das que vêm prontas em um livro didático. [R6L]

eles simplesmente respondem as perguntas automaticamente ou esperam a resposta pronta da professora vinda do livro didático o que é muito pior. [R7L]

Isso foi bastante surpreendente, já que, geralmente, vê-se uma realidade diferente nas escolas públicas, porém, de certa forma, o bom comportamento dos alunos resultou numa certa comodidade por parte da professora, que somente passava atividades do livro didático para os alunos realizarem. [R8L]

[...] correram nesse mesmo ritmo, a professora pede algumas atividades do livro didático, os alunos devem copiá-las e respondê-las no caderno e logo após é feita a correção. Num determinado dia a professora pede que os alunos levem seus cadernos para que ela vistes os exercícios realizados, cerca de doze ou treze alunos não fizeram ou não terminaram as lições, mostrando, talvez o desestímulo dos alunos. [R9L]

O uso do livro didático como único suporte de ensino é visto de modo negativo pelos estagiários, mas não são descritos criticamente sobre qual seria a melhor forma de ministrar a aula tendo como base o contexto específico, o qual está sendo observado. Sabe-se que, diante do cenário educacional e até mesmo em relação à contemporaneidade, o professor tende a usar recursos práticos de ensino devido à falta de tempo diante do planejamento de aulas e do número de turmas, ainda mais

se tratando da disciplina de língua portuguesa que possui maior carga horária. Sendo assim, em meio ao caos cotidiano, o professor opta pela praticidade, ou seja, adere o livro didático como único suporte e, com isso, torna as aulas monótonas e promove a falta de interesse por parte dos alunos, pois ora, imaginemos o quão tedioso é ir para aula cuja metodologia é mecanizada; ou seja, sentar, abrir o livro em determinada página, copiar a correção na lousa e levar para obter o visto.

Nos relatórios, ao professor é atribuído um papel de capataz de fábrica, como aponta Geraldini (2003), cuja função é controlar o tempo de contato do aprendiz com o material previamente selecionado. Além disso, conforme menciona o autor, os livros didáticos tendem a fundamentar-se em dois tipos: livros textos para os alunos e livros-roteiros para os professores, ou seja, basta oferecer um livro que ensine aos alunos o que for preciso e, conseqüentemente, solucione o despreparo do professor. Porém, dessa forma, professor e aluno são automatizados e reduzidos a máquinas de repetição material.

Um dos elementos mais característicos do contexto educacional é o livro didático e, por isso, já se institucionalizou, ou seja, apresenta-se como algo natural, que "constitui" o processo de educação: "não é à toa que a imagem cristalizada do professor o apresenta com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis" (SILVA, 1996, p. 8). O seu uso "faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina" (LAJOLO, 1996, p. 4).

Ao mesmo tempo que atribuem o uso do livro didático como único recurso do professor, não é relatado qual seria o modo correto de utilização, tal como suporte para complementar as atividades, reflexão dos conteúdos, sobretudo análise em consonância com a turma. O estagiário ao relatar que a professora "segue e que continuará seguindo o livro didático", nota-se um certo repúdio, como se fosse errado usá-lo "exclusivamente". Souza (1999, p. 59), assevera que o livro didático deve ser visto "como instrumento auxiliar e não mais enquanto principal ou única fonte de referência do trabalho docente".

A racionalização do ensino tornou os professores, então, meros aplicadores de programas e pacotes curriculares desenvolvidos por agentes externos. E o que são

os livros didáticos? Eles "são o currículo" (RICHARDS, 1998, p. 125), isto é, contêm um programa e as habilidades a serem trabalhadas, e servem não apenas como fonte de conteúdo, mas também como fonte de procedimentos, inclusive com manuais que detalham todos os passos do professor. Assim, o ensino deixa de ser autorregulado e passa a ser "completamente regulamentado e cheio de tarefas" (RIZVI, 1989, apud CONTRERAS, 2002), provocando a rotinização, a repetição dessas tarefas e a consequente acomodação do professor.

Levar o aluno a formação crítica e reflexiva é de suma importância e tal tarefa recai sobre o objeto discursivo professor, mas a descrição do estagiário é genérica, e o estagiário não relata como, então, direcionar o aluno para a construção de um pensamento crítico e reflexivo. Será que, de fato, "*a professora não se preocupa em contribuir para a formação de indivíduos pensantes, criativos, que desenvolvam seus conhecimentos*", sendo que a função do professor como um profissional da educação é contribuir para uma transformação qualitativa da sociedade; de modo a considerar a presença da responsabilidade político- social, haja vista que, a formação de indivíduos, como foi o termo usado pelo estagiário, perpassa pela dimensão da formação política, pois propicia formar cidadãos críticos e transformadores.

Posteriormente, outro aspecto que fora possível observar é que alguns estagiários verbalizam uma modalidade avaliativa, exprimindo valores modais. O fato de a modalização indicar juízos de valor também é previsto por Koch. Convém ressaltar que em todas as predicções modalizadoras relatadas abaixo, como (carismática, dedicada, agradável, amorosa, exigente, irritada, excelente), é possível perceber a presença de uma avaliação do locutor ou falante em face da proposição ou parte dela. É em decorrência dessa avaliação que se pode falar em juízo de valor, sobretudo da categorização do objeto professor.

Trata-se de excelente professora, que além de possuir vasto conhecimento linguístico e de literatura, é extremamente agradável, interativa com os alunos, imensamente dedicada, carismática. [R10L]

A professora se apresenta de forma amorosa, mas também exigente, impondo limites quando necessário. [R7L]

A professora que comandará minha regência tem minha admiração e meu respeito. [...] eu sempre a entendi e a sempre admirei por zelar e procurar defender sua profissão. [R5L]

Nota-se que o objeto de discurso professor há todo momento está sendo categorizado de forma explícita. Ou seja, são formas/modelos de categorização do objeto de discurso que vai se cristalizando na memória que será acionada no momento da produção do texto e do recurso aos sentidos que se refere ao objeto. Assim, entende-se que tal protótipo como o que já reside na memória e passa a ser atualizado no momento de se sequenciar/enunciar o objeto, leva em consideração a forma já constituída dessa figura de professor sempre agradável, amoroso, carismático para com seus alunos.

O modo de categorizar o objeto de discurso professor atualiza-se para a memória de um professor romantizado pela historicidade da educação, remonta ao professor que possui o dom, que “dá aula por amor”. Memória que se tem e que também se (re)faz/(re)constrói em outras instancias sociais, além da institucional, ou seja, foi formulado um discurso, cujo objeto constitutivo denota o panorama histórico dessa realidade educacional à medida em que ia também afirmando, de forma generalizada, um professorado que cumpre e exerce seu dom, sua vocação, que é “agradável ...”, “carismático”, “dedicado”.

As relações linguísticas, discursivas e cognitivas resultam, claro, das relações e demandas sociais defendidas sobre a imagem do professor. Não é o sujeito que o afirma, “há um dito”, um pré- construído que fala antes e que aqui funciona como memória e verdade, encontra-se em funcionamento um dizer sobre o professor que busca uma atualização.

Segundo Foucault (2008):

[...] Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único

como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação. (FOUCAULT, 2008, p. 32)

O autor também expõe a dispersão dos enunciados, em outra circunstância, como algo despreendido de uma funcionalidade rigorosa, ou seja, os enunciados podem derivar outros enunciados e nessa perspectiva a dispersão é tida como forma de deslocamentos e propagação porque a partir do momento em que um enunciado emerge, por menor que seja essa emergência, ele coloca a si próprio a condição de pertencer ao campo de uma memória, assim como a um manuscrito, livros ou em qualquer outra forma de registro, o que lhe garante continuidade ou esquecimento. Logo se há continuidade há, também, propagação, como no caso, desse objeto professor que transcende a historicidade sempre como sujeito amável, carinhoso e agradável mesmo diante das intempéries.

Para Koch (2002, p. 85), ao produzir um enunciado o locutor manifesta suas intenções e sua atitude por meio de sucessivos atos ilocucionários de modalização “que se configuram através dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece”. Diante disso, a linguagem assume o papel de principal dispositivo para uma ação reflexiva, uma vez que as interações sociais ocorrem pelo seu uso. Essa relação com o uso da linguagem se efetua num movimento ora de explicitude, ora de alternância e até mesmo de ofuscamento total das impressões ou da presença do locutor, veiculados pela própria enunciação, material real construído a partir de elementos linguísticos. O locutor, através da modalização, pode, portanto, se expor totalmente, parcialmente ou tentar eximir-se de qualquer vínculo com o que profere, como por exemplo nos excertos abaixo:

Mesmo contra todos os contratempos em uma sala de aula, muita conversa, muita bagunça, muitas brigas, mesmo ela tendo que gritar e me pedi desculpa várias vezes pela postura dela com os alunos (por gritar, discutir). [R3L]

Eu avalio as explicações da professora de forma positiva, pois ela realmente tem a intenção de que a aprendizagem dos alunos se consolide. [R6L]

Acredito que o respeito mútuo seja um dos alicerces no processo de educação, e que tal respeito deva ocorrer de forma recíproca. O que

assisti foi um “desrespeito” recíproco, pois quando a professora grita e intimida o(s) aluno(s), este a responde com “mais indisciplina”. [R1L]

[...] a maioria dos professores que lá estão são do século XX, e os alunos do século XXI. A começar pelos assuntos, pela postura e pelos modos dos professores e dos alunos que reparei na escola. [R3L]

Observa-se que o estagiário possui comprometimento com o dito, como no uso de expressões do tipo “Eu avalio”, o uso do pronome “me” indicando a primeira pessoa, “acredito, assisti e reparei”, ambos verbos conjugado na primeira pessoa do singular; ou seja, o sujeito marca presença no processo enunciativo. Mas ao mesmo tempo em que não se camufla discursivamente, a conduta da professora em sala de aula é sempre ressaltada, ou seja, é constantemente avaliada, observada e, sobretudo julgada. Um julgamento que ao mesmo tempo que descreve as atitudes não há um contraponto por parte dos estagiários de como, então, poderia ser conduzido pela professora em sala; as descrições são genéricas e o contexto do que está sendo observado não é retratado. Por que será que a professora “grita” e “discuti”? em qual momento isso ocorre?, será que a professora só grita e é uma turma com muitos “contratempos” como fora usado pelo estagiário; as explicações da professora são avaliadas “de forma positiva”, mas como são explicadas? têm-se a intenção de ensinar, mas então a professora só pretende ensinar ou de fato ensina?

o locutor se representa no texto “como se” fosse neutro, “como se” não estivesse engajado, comprometido, “como se” não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões, no sentido de obter dele determinados comportamentos e reações. (KOCH, 2001, p.60)

Posteriormente, algo foi “assistido” pelo aluno, no entanto, não fora relatado o contexto da situação, mas sim a conduta da professora que “grita” e “intimida”; bem como o “assunto”, a “postura” e o “modo” do professor que o estagiário afirma estar ultrapassado, mas que de forma genérica não relata o contexto, as condições que o seu observar faz com que insira o professor no século XX e nem descreve como seria um professor do século passado e qual o modelo ideal de professor do século XXI. Ou seja, são essas construções genéricas que se observa quando o estagiário aborda sobre o contexto da sala de aula, o estagiário se esconde para contextualizar, mas

quando menciona a conduta do professor, sente-se autorizado a falar. Para Travaglia (2009, p.23), “o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor”. Nesse viés, mediante ao discurso revela-se determinada atitude perante o enunciado que o estagiário produz e, sendo assim, é necessário considerar que a modalização é recorrente na construção sobre o objeto, no processo de escuta entre o estagiário e o professor.

Nota-se o desfazer dos laços fortemente ligados entre as palavras e as coisas, o que implica esse desfecho é o confronto entre a realidade e a língua como práticas que formam o objeto de quem fala, de modo que relaciona a pronúncia com o objeto, significação e aos valores de verdade destacando um conjunto de regras próprias da prática e das formas de organização.

Nascemos em um mundo que já é de linguagem e que os discursos já estão em prática na sociedade, e nos tornamos sujeitos derivados desses discursos, e que em casos pessoais entender uma linguagem implica entender uma nova maneira do próprio conhecimento. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e o ato de quem fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1960, p. 56). Embora à prática discursiva seja um acontecimento único, percebe-se que são passíveis de repetição e dispersão, atravessando o tempo e o espaço. São práticas discursivas fruto de outros que o precedem e o seguem, através de discontinuidades, mas que mesmo dispersos, cada conjunto de enunciados constitui o objeto que tendem a se repetir continuamente.

No entanto, será que tais estagiários não chegam, de um certo modo, ao campo universitário com um conjunto de enunciado pré-concebidos assujeitados por um campo social, político cuja formação discursiva é homogênea perante a figura desse professor sempre desanimado, frustrado, mal remunerado. Ou seja, o objeto é constituído discursivamente e, dessa mesma maneira, se apresenta como uma regularidade ao longo do tempo, mesmo passando por modificações. A formação e funcionamento das modalidades enunciativas é que define as posições que o sujeito pode ocupar no espaço, assim que, segundo Foucault, não existe um sujeito transcendental, aquele dono de sua verdade; e o sujeito também não é o sujeito psicológico, aquele que tem suas regras de existência oferecidas pelo inconsciente. Em seu primeiro contato com sua futura vida profissional, o estagiário não se vê diante

de um ambiente novo, estranho, mas, pelo contrário, volta ao lugar onde passou grande parte de sua vida, porém em uma nova posição: não mais como aluno, mas como estagiário. É primeiramente como aprendiz que ele vivencia a experiência educacional, e é também como aprendiz que conceitos, hipóteses e conclusões iniciais são formulados a respeito do que é certo ou errado, bom ou ruim em termos de ensino e aprendizagem. Essas conclusões, somadas aos pressupostos científicos, aos princípios teóricos estudados na universidade e às relações socioculturais, políticas e econômicas que permeiam. Assim que, há uma regularidade, um modo de enunciar dentro do campo discursivo acadêmico, em que o estagiário se sente autorizado a falar sobre a figura do professor.

5.2. Analisando os relatórios do Curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Foucault apresenta grandes contribuições sobre o processo de formação das modalidades enunciativas atrelados ao campo da Medicina. Partindo dessa premissa, vale ressaltar que, segundo o autor, a detenção, sobretudo exposição dos saberes não são para todos. Ou seja, tal prática enunciativa está centralizada em grupos específicos aos quais são conferidos o status de verossimilhança. Ao sujeito médico é atribuído esse modo de exercer a “verdade”, uma vez que sua relação possui diferença sistêmica entre os demais sujeitos que circundam seu âmbito. É, nesse viés, que se pretende expor na análise mediante aos relatórios de estágio do Curso de Medicina sobre como ocorre a construção das modalidades enunciativas, considerando o campo universitário do futuro médico e sua relação entre o estatuto do sujeito que fala e o posicionamento que pode ocupar.

No momento do estágio, o futuro médico se insere no âmbito de trabalho e, com isso, têm-se o primeiro contato com o paciente. Assim, saber comunicar-se é uma variável importante, pois o bom relacionamento entre futuro médico e paciente é determinante para a atenção primária, assim como os demais atendimentos. Nos fragmentos abaixo podemos observar tais preocupações:

uma boa comunicação ajuda a colher informações para elaboração diagnóstica, orientação a respeito do problema e do tratamento, e a

elaboração de arquivo médico ou instruções que sejam claras e completas a outros colegas e profissionais da saúde. [R1M]

Mas ao contrário do que parece, acredito que comunicar-se bem é uma habilidade complicada que demanda prática. [R3M]

Acredito que o médico deveria passar por uma preparação para saber conversar e explicar ao paciente o seu quadro clínico. É difícil saber o que contar para o paciente sobre o que ele tem e como devemos contar. [R5M]

Durante o curso eu notei uma melhora significativa em relação a minha habilidade de comunicação, principalmente verbalmente dentro do ambiente de trabalho. Atribuo isso principalmente aos estágios e treinamentos práticos. [R2M]

Verifica-se que o estagiário atribui a ideia de linguagem como ferramenta de comunicação, assim, a atenção centrada no paciente, sobretudo no relacionamento estagiário-paciente, ganha ênfase na medida em que promove uma colaboração, ou seja, uma aproximação entre ambos. Este modelo de atenção médica representa uma mudança significativa em relação ao saber se comunicar com o paciente, pois o que era demarcado discursivamente era a posição do médico detentor do conhecimento e de linguagem técnica que acabava se distanciando do paciente. No entanto, a “boa comunicação” estimula o paciente a desempenhar um papel mais ativo no curso da consulta, compartilhando com o estagiário as responsabilidades envolvidas neste processo.

Posteriormente, o estagiário relata uma “melhora significativa em relação a habilidade de comunicação”, esta habilidade diz respeito à capacidade em fazer o paciente entender o conteúdo da consulta médica. Refere-se, sobretudo, ao conteúdo das questões que são formuladas, das informações que são fornecidas e coletadas e das orientações e tratamentos que são dispensados aos pacientes. O estagiário deve entender claramente as dificuldades de entendimento do paciente e trabalhar para que estas dificuldades sejam superadas, incorporando modernas técnicas de comunicação, de modo a se comunicar de forma efetiva com o paciente, e melhorar sua capacidade de entender e ser entendido. Compreender a forma de conduzir a

consulta, como ele se comunica com o paciente, as técnicas que ele usa para obter a história e providenciar informações; o uso de facilitadores verbais e não verbais da comunicação eficiente, a forma como o relacionamento médico-paciente é desenvolvido, a forma como o processo de comunicação é organizado e estruturado é de suma importância.

Jaspers (1991) enfatiza a necessidade da medicina recuperar os elementos subjetivos da comunicação entre médico e paciente, assumidos impropriamente pela psicanálise e esquecidos pela medicina, perseguindo um caminho baseado exclusivamente na instrumentação técnica e na objetividade dos dados. Em relação ao estagiário que menciona que *“é difícil saber o que contar para o paciente sobre o que ele tem e como devemos contar”*, podemos associar a um modelo que se tem de medicina humanizada, ou seja, sobre a prática que vai além da prestação de serviço. Faz-se necessário acolhê-lo em sua subjetividade, dar espaço para ouvi-lo, esclarecer suas dúvidas estabelecer, assim, uma relação menos mecânica e automatizada de atendimento. A comunicação médico-paciente eficaz contribui para qualidade do cuidado. Entende-se que a integração ensino-serviço com a interação comunitária potencializa o desenvolvimento da comunicação do médico em formação. Esse futuro médico, a partir de sua capacidade de sintonia com o paciente, desenvolve clínica ampliada e atua harmonicamente em qualquer nível de atenção, sobretudo na primária.

Assim, a ideia de qualidade que defendemos está associada à humanização no sentido que visa aproximar a medicina e a prática médica do valor da essencialidade da pessoa humana ou nas palavras de Branco (2003):

O resgate da medicina do doente que não objetiva a exclusão da tecnologia, mas sim a recoloca em seu importante papel coadjuvante, torna-se cada vez mais necessário para determinar uma medicina de qualidade científica, humana e social. (...) pensar o paciente de forma integral, com mente e corpo harmoniosamente funcionantes, inseridos em seu contexto sócio-histórico, é uma necessidade.

Considerando que a qualidade do relacionamento é fator decisivo e essencial para o sucesso da prática médica e boa parte do descrédito e do distanciamento do doente pode ser creditado à insuficiência na formação proporcionada pelas

universidades que não valorizam de forma adequada a comunicação interpessoal no exercício profissional da medicina, pois conforme pondera Gomes (2003):

A relação médico-paciente é, por excelência, em tipo e qualidade, uma relação humana cuja prioridade é a promoção da saúde. É o momento dramático, rico e denso, no contexto das atividades sociais, que tem como característica essencial a aplicação de técnicas, conhecimentos e habilidades pelo médico como provedor de saúde em favor do semelhante e, sempre, em nome do bem. Considerado como bem fazer ao próximo o que dele se espera receber.

As diretrizes políticas educacionais refletem, portanto, a necessidade de acolher novas abordagens e perspectivas destinadas à formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com competências e habilidades específicas, atribuindo nova responsabilidade à educação e às escolas de medicina, conforme assinala Tapajós (2002:30)

A Educação Médica passa, então a ter de se preocupar em formar médicos detentores não somente de técnica impecável, como também cuidadores humanizados, sensíveis, preparados para lidar consigo e com seus pacientes, tarefa que exige trabalhar com os mais diversos valores inseridos em complexos contextos históricos, culturais e sociais.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de medicina estabelecem que a comunicação é uma das competências gerais a serem desenvolvidas e reforça que os currículos devem contemplar as ciências humanas e sociais, referindo-se especificamente a conteúdos que envolvam a comunicação. Posteriormente, são apresentados alguns excertos que mostram a presença do sujeito nos enunciados recortados:

[Eu] ainda encontro certa dificuldade em algumas ocasiões quando por exemplo a família envolvida tenha poucos conhecimentos ou formação, para explicar de maneira clara transmitindo as informações necessárias de uma forma que o paciente consiga compreender.

[R6M]

De ruim eu queixei desde o primeiro relato a frustração com a dificuldade de solicitação de alguns exames de relativamente baixa complexidade como raios x e ultrassom. [R8M]

Pela manhã eu e a [...] que está participando comigo nessa unidade, realizamos consultas ambulatoriais [...] gosto de conversar e saber mais detalhes [...] Mas eu gostaria de saber se existe alguma fonte onde eu possa estudar o assunto. [R7M]

Participamos do atendimento ambulatorial na parte da manhã [...] eu fico impressionando como as consultas são marcadas com facilidade. [R3M]

É notório o quanto as pessoas se sentem amparada e a vontade nos atendimentos. Há uma relação de confiança que eu particularmente não havia notado na experiência anterior. [R9M]

Observa-se mediante as expressões destacadas nos fragmentos que os estudantes de medicina se assumem como sujeito que constrói o seu discurso, ou seja, há a predominância da voz desse estagiário em consonância ao conceito de transparência, uma vez que se identifica constantemente a sua própria presença no processo enunciativos, tais como “*eu ainda encontro*”, “*eu gostaria*”, “*eu fico*”, “*eu particularmente*”. Desse modo, em consonância com Foucault, não basta o sujeito deter o estatuto da fala, mas sim assumir uma posição que o autorize a tomada da palavra e defina o modo como a palavra surgirá no elo enunciativo e isso torna-se perceptivo nos relatórios do estudante de medicina. No entanto, a relação direta sobre o paciente não fica muito clara, uma vez que o estagiário tende a mencionar o contexto e a prática da conduta médica e não propriamente da relação entre estagiário e paciente.

Posteriormente, verifica-se também que o estagiário aborda sobre sua “*dificuldade para explicar de maneira clara transmitindo as informações necessárias de uma forma que o paciente consiga compreender*”, tal dificuldade assumida confere não somente ao estudante de medicina, como também para os demais acadêmicos, independente do curso em questão; ou seja, considera-se a universidade como o *lócus* de teorias que, quando não associadas às práticas, tornam-se uma dificuldade para o estudante, sobretudo no período do estágio, cujo momento é o de transformar a teoria na prática. Posteriormente, têm-se o fragmento que retrata a “*frustração com a dificuldade de solicitação de alguns exames de relativamente baixa complexidade como raios x e ultrassom*”.

Considerando Foucault (2005) em que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (p. 154), o estagiário remonta sobre a complexidade, sobretudo na demora da realização de exames, no qual faz parte da realidade social, embora seja descrito de forma genérica, percebe-se que o estagiário remonta a um aspecto caótico sobre a espera do atendimento, além disso, sente-se autorizado a falar sobre a “*frustração*” sentida diante da dificuldade.

A ideia defendida por Foucault de que todo agrupamento humano sempre estará envolto por relações de poder é coexistente com a vida social, pois "uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração". O pensamento de Foucault ancora esta afirmativa quando esclarece que a coexistência entre as normas reguladoras institucionais, regimento profissional e de instituições são frutos de jogos de poder e saber; assim, constituem-se como dispositivos de poder disciplinar, por meio dos quais as relações de poder entre profissionais e estagiários se materializam.

Compreende-se que o conhecimento técnico e científico é essencial para a prática do cuidado profissional e, portanto, inseparável tanto da prática quanto das normas que regulamentam as relações profissionais, gerando um discurso admitido como verdade e descrito como uma relação de saber/poder, através da qual se pode exercer o próprio poder. Tais discursos são percebidos nos fragmentos abaixo:

Se eu que estou em formação médica e sei as necessidades de seguir o tratamento adequado de cada patologia não as faço de modo regular, sabendo dos riscos de crises agudas, acredito que a maioria dos pacientes (leigos) não siga todas as nossas recomendações.
[R4M]

Disse que dá outra vez também foi diante de uma doença que a estava incomodando muito. Mais uma vez pude ver que as doenças afetam cada pessoa de uma forma particular, e devemos, como médicos, saber trabalhar com essa diversidade. Afinal, cada pessoa é única.
[R2M]

Vi que na maioria das vezes o médico não tem o poder de resolver todos os problemas de uma pessoa, mas ele pode e deve saber confortá-la, além de ter sempre empatia e resolver os problemas que puder. [R5M]

No relato da quarta semana de estágio de Medicina Social do décimo primeiro período, iniciarei meu relato de forma diferente. Vou evidenciar as consultas durante a semana que mexeram, mesmo que por alguns instantes, com o meu eu, tanto profissional como pessoal. Iniciarei com um caso interessante. [R10M]

Segundo Foucault, saber e poder se envolvem de maneira mútua ao ponto de que qualquer exercício de poder cria continuamente objetos de saber, os quais são manipuláveis e se transformam no próprio saber, e este em poder, num ciclo tão complexo que um é condicionante e condicionado pelo outro. Nesta perspectiva, Foucault afirma que a produção discursiva não se dá aleatoriamente, mas é permeada pelas relações de poder que a produzem, dando ao discurso o caráter de ocorrência, pois se materializa nas práticas sociais dos sujeitos, e produz efeitos reais, como podemos verificar nos destaques dos fragmentos.

O Poder do Saber e a forma como este se desdobrou em outros mecanismos de poder reafirma a concepção de Foucault de "[...] que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder." Nesta conjuntura, os discursos possibilitaram estabelecer uma linha de ocorrências, que demonstraram as relações de poder geradas a partir da materialização do poder-saber nas relações do pretense exercício da profissão.

Quando o estagiário justifica o poder do médico, dizendo que ele "*não tem o poder de resolver todos os problemas de uma pessoa, mas pode e deve saber*", subentende-se que alguns problemas exigem o poder para resolução, mas não todos, assim, "*ele pode*" significa reconhecer que "*pode*" porque sabe como o sistema funciona, sabe como o tratamento se desenvolve. Além disso, essa ideia que o estagiário traz remonta uma certa crença na sociedade, ou seja, na 'verdade científica' que faz com que o médico acredite que pode, ou mesmo deve, se dar ao direito de invadir a autonomia do indivíduo para lhe impor a 'verdade'. Ou, ao menos, o discurso da 'verdade científica' é o que lhe serve de alibi para o exercício de poder sobre o paciente. De um modo ou de outro, este poder é exercido como se fosse de direito, necessário e inevitável - mas não é nem de direito nem necessário para o tratamento; muito pelo contrário.

Posteriormente, mediante aos fragmentos, observa-se que os estagiários se posicionam no mesmo campo discursivo dos profissionais formados, “e devemos, como médicos, saber trabalhar com essa diversidade”, “com o meu eu, tanto profissional como pessoal”, não assumem o posicionamento de sujeitos discursivo dentro de um campo institucional, cujo discurso deveria ser o de estagiário que está em um processo de formação de conhecimento.

Foucault idealiza o saber/poder de forma que saber e poder envolvem-se mutuamente a tal ponto que o mínimo exercício de poder gera objetos de saber, os quais sempre são manipulados e tornam-se o próprio saber, e este em poder, numa complexa cadeia em que um é condicionante e condicionado pelo outro. Assim, para o autor, o saber é aliado da relação de poder e isso se explica pela sua ideia de que, ao longo do tempo, o ser humano foi se constituindo por meio do poder, ao passo em que os discursos iam se formando. Aquilo que era considerado verdadeiro, correto, em outras palavras, absoluto, vinha exatamente dos discursos oriundos das autoridades, sejam elas políticas, econômicas ou mesmo científicas. Nesse ponto de vista, Foucault apresenta o conceito de episteme como “o conjunto das relações que podem unir, em uma época dada, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados”. Dessa forma, compreendendo o saber científico, é possível enxergar nas falas dos estagiários a assunção do discurso como uma verdade.

Ademais, analisando o contexto apresentado, no qual o estagiário tem em seu discurso uma autoridade impressa pela verdade que os jogos de poder-saber produziram. Essa ideia se ancora em Foucault ao dizer que o discurso que comanda a sociedade é sempre o discurso daquele que detém o saber. Além disso, ele ainda afirma que um dos lados dessa relação de poder sempre pertencerá àquele que é continuamente determinado pelas ideias vindas dos 'superiores', em outras palavras, pela classe que domina ideologicamente determinada sociedade. Afirma, ainda, que esses poderes perpassam por toda forma social, modificando e transformando as condutas dos indivíduos, os quais são submetidos ao que o autor chamou de “fórmulas gerais de dominação”, tornando-o objeto e alvo de poder.

Com base nisso, depreende-se que, como instituição, o hospital produz e reproduz relações de poder, fato que corrobora o ponto de vista de Foucault que exhibe

uma concepção histórico-genealógica que aponta a institucionalização. Assim como a escola se constitui em um observatório, um aparelho que permite o conhecimento e controle. Assim, o poder que os profissionais exercem em nome do seu saber se revela nos discursos, pois o poder-saber gera um discurso com um valor verídico, em outras palavras, o pensamento geral parece ser de que os fins justificam as ações que os precedem, uma vez que essas ações pouco se questionam. Nesta condição, o poder do saber profissional se revela quando seu agir se justifica, porque "ele pode quando "profissional" fazer o que julgam que precisa ser feito e o ciclo se fecha quando o cumprimento das prescrições, as ordens que decorrem dos regulamentos institucionais e as ações que os próprios pacientes devem realizar pelo seu bem, pela sua mais rápida recuperação, constituindo-se na forma de "poder pastoral", ou seja, o poder de ajudar pelo saber profissional, e, assim, promover o real objetivo das relações de poder, as quais Michel Foucault acreditava ser um espaço para a troca do exercício do binômio poder-liberdade, em que um é a base para a existência do outro.

Para Foucault (1997, p. 12), as práticas discursivas “ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm”. A relação entre a escola, o poder e o saber são vistos por Foucault, portanto, como fundamental na constituição das posições-sujeito, pois essa instituição engendra “a correia (ao mesmo tempo) transmissora e legitimadora dos poderes que estão ativos nas sociedades modernas e que instituíram e continuam instituindo o sujeito” (VEIGA-NETO, 2007, p. 114).

Em relação ao modo como os estagiários vão tecendo a sua relação com os pacientes, foram selecionados os seguintes fragmentos:

Por vezes, escutei a frase: “Só de conversar com você, parece que melhorei”. Isso tornava o meu dia muito mais gratificante. Não que as intervenções, orientações, exames e prescrições não sejam importantes. [R3M]

Em várias histórias percebemos que o motivo das angústias de vários pacientes é estar sobrecarregado com funções que não lhes cabe,

tendo que arcar com todas as despesas da casa, com familiares encostados (mesmo podendo trabalhar normalmente). [R7M]

Neste tipo de paciente está indicado a cirurgia bariátrica, mas nada adianta fazê-la se não mudar a mentalidade do paciente E da sua mãe, pois isso pode acarretar falha na cirurgia e complicações. Essa vai ser a parte mais difícil do tratamento, pois trata-se de mudar um hábito enraizado; mas também é o mais importante. [R4M]

Embora o esforço da equipe seja grande, muitos pacientes não seguem o tratamento corretamente. Alguns dizem que esquecem de tomar o remédio, outros não seguem corretamente dieta e atividade física, muitos aparecem só para renovar receitas e não querem se consultar. [R8M]

Durante muitos anos a área da medicina era voltada propriamente ao corpo, de modo a ignorar o ser, ou seja, a medicina esquecia que seu 'objeto' era um paciente real, concreto, que ultrapassa em complexidade os esquemas orgânicos, fisiopatológicos, físico-químicos, que sua 'Ciência' pode abarcar. A Ciência se configurava como 'exata', mas o ser humano não o é nem nunca o será. Isso quer dizer que, se abstraímos o mau uso do termo e as más compreensões daí decorrentes, e considerarmos que a Ciência é científica sim, mas apenas no sentido inócuo de que se utiliza de resultados de pesquisa científica, seguindo métodos considerados atualmente válidos de redução formal, ainda assim somos obrigados a admitir que a Medicina pode ser, nestes termos, científica, mas jamais será somente científica, pois é também social. Ou seja, considerando-se apenas 'científica', isso não seria vantagem nenhuma, mas uma enorme desvantagem, pois o médico que assim sentir e praticar a Medicina certamente limitará sua compreensão do processo de saúde e doença, e provavelmente encontrará e mesmo poderá provocar inadvertidamente problemas de ordem psicológica na relação com o paciente, o que tenderá a agravar as condições de saúde deste.

Assim, pratica-se a medicina social, cujo paciente torna-se o centro e não propriamente sua “doença”; esse conceito de transparência é mostrado nos fragmentos quando o estagiário se envolve com o paciente através do diálogo, na medida em o paciente sente-se bem por conversar; pela empatia do estagiário ao

compreender as angústias desse paciente em relação ao procedimento que deverá realizar e sua preocupação quanto ao estilo de vida para que o procedimento seja exitoso, além do fato dos pacientes não seguirem o tratamento mesmo com todo esforço da equipe; ou seja, resultam nesses elos enunciativos a importância de quem se propõe a estudar para promover a saúde, do respeito a individualidade, de enxergar o outro como humano.

A relação de poder abordada por Foucault se desfaz no sentido moral e valorativo para com o paciente, pois os estagiários se relacionam humanamente de igual para igual. O paciente traz um problema; é preciso que ambos desejem se respeitar mutuamente e colaborar com o outro para o sucesso do tratamento, cujo andamento deverá ser negociado conjuntamente a cada momento crucial, e as decisões deverão ser comunicadas e neste sentido compartilhadas com aquele que se submeterá à ação. Afinal, o que está em jogo não é uma saúde ideal, objeto de uma fantasia científica, mas a saúde do indivíduo singular que está ali sendo tratado. Do mesmo modo, portanto, quem o trata não é um mandatário da ciência, mas um sujeito que está estagiando para posteriormente exercer sua profissão.

O estagiário ao enunciar que” *neste tipo de paciente está indicado a cirurgia bariátrica, mas nada adianta fazê-la se não mudar a mentalidade do paciente* “, fica subjacente que é a saúde vivenciada que importa, e não a saúde de algum 'ideal científico', fica-nos mais claro entender a importância de se reconhecer a autonomia do paciente. O estagiário abre mão, assim, da fantasia onipotente de ser um “semideus” armado de uma Ciência supostamente infalível, para conquistar a potência possível, efetiva e humana, de apoiar, com sua técnica e sua arte, outro ser humano num momento de debilidade.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo averiguar as mobilizações linguísticas para com a escrita dos relatórios de estágio supervisionando do Curso de Letras e do Curso de Medicina na tentativa de analisar traços significativos resultantes das construções dos objetos “professor” e “paciente”. Assim, considerando os objetos discursivos, verificou-se que há sim um modo regularizador quanto a construção desses objetos considerando o campo discursivo acadêmico, uma vez que o discurso acadêmico se configura em uma formação discursiva cujos sujeitos inseridos – os estagiários, são determinados antes mesmo pelos sentidos possíveis de serem construídos.

As práticas discursivas foram, portanto, delimitadas por um conjunto de regras de formação dos objetos, uma vez que foi possível verificar a cristalização dos discursos sempre remetendo ao professor como tendo culpa sobre o atual cenário educacional, aliado aos métodos tradicionais, como aquele que possui o dom de educar, antes mesmo de ser encarado como profissional; e o paciente como aquele que não possui um saber diante da figura do estagiário de medicina que crê ser detentor de um conhecimento que o torna superior.

É neste trajeto que Foucault chega ao seu conceito de “prática discursiva” sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, p. 136), pois tais modos regularizadores atravessaram os enunciados dos estagiários que se baseiam em um discurso cristalizado na construção dos objetos.

Além disso, abordar a relação de poder presente na construção do objeto “paciente”, pôde ser entendido como uma relação que não está numa instituição e nem em ninguém, já o saber se encontra numa relação de formas e conteúdo. É preciso força para estabelecer o poder, na medida que para estabelecer o saber bastaria apreender ou ensinar. Assim, do entrecruzamento de um e de outro, poder e saber, é que se dá a constituição do sujeito. Conforme Veiga-Neto aborda, estudar Foucault não é submergir ao seu pensamento eloquente e encontrar verdades absolutas em seus discursos. Estudar Foucault é abrir um novo canal de pensamento,

é colocar do avesso os conceitos, os pré-conceitos, a normalidade, a anormalidade, os pesos, os contrapesos, as certezas e seus contrários. É encontrar-se e encontrar um novo e diferente modo de colocar em discurso e prática os juízos de valores, que tão facilmente aplicamos ao dia a dia.

O estudo do presente trabalho auxiliou sobre como as práticas discursivas atravessam outras formações discursivas, na medida em que os estagiários chegam ao campo universitário com objetos culturalmente concebidos. Além de demarcar a universidade como um campo discursivo controlado por mecanismo de poder do sistema vigente, uma vez que os estudantes /estagiários são controlados por dispositivos disciplinares de poder, sobretudo em relação a submissão discursiva sobre a produção acadêmica determinada pelo lugar em que o relatório é produzido, pela estrutura a ser seguida, e pela padronização da linguagem; de modo a construir descrições genéricas para não se comprometerem com o dito, no entanto, acabam por se comprometer com o que foi visto, mas não dito.

Assim sendo, a importância do trabalho se desenvolveu no intuito de refletir sobre como ainda perpetua e escrita não para a construção de novos conhecimentos e práticas que estão sendo observadas, mas sim para atender à universidade cuja produção escrita apenas se materializa e torna-se valorativa.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Manual do internato**. Brasília: MEC; 1984.

CABRAL, A. L. T. **Modalização e interação na linguagem**: A subjetividade em processos civis. 42-52f. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault — um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Muller Xavier; revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez. 2002.

FAIRCHILD. T. M. A constituição do dado em escritos sobre a prática de ensino de língua: análise discursiva de relatórios e artigos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas. 2017.

FERREIRA, A. C.; Santos, E. R; Rosso, A. **Representação social da indisciplina escolar**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad.Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da Loucura**: na idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8.Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **O Nascimento da Clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

García J.C. **La educación médica en América Latina**. Washington: OPS/OMS; 1972.

GERALDI, J. W. Linguagem e Trabalho Linguístico. In: **Portos de Passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes. 2002

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, E.V. **As redes de atenção à saúde**. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais; 2009.

Marcondes E, Mascaretti L.A. **O internato na graduação médica**. In: Marcondes E, Gonçalves EL, orgs. Educação médica. São Paulo, SP: Sarvier; 1998. p.149-166.

NASCIMENTO, E. P. **Jogando com as vozes do outro: A polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística**. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

NEVES, M. H. de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OSTETTO, E. L. **Saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas; Papirus, 2008.

PIMENTA, S. G. O. **Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RICHARDS, J. C. **Beyond training Cambridge**: CUP. 1998

SACRISTÁN, G.; GÓMEZ, A. I. Pérez (Org.). **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap.8 p.198-231.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

UFTM. **Projeto Pedagógico de Letras**. Uberaba, 2017.

UFTM. **Projeto Pedagógico de Medicina**. Uberaba, 2017.